



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **119ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do**
21 **Meio Ambiente, Conama.**

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Brasília/DF.
12 de Agosto de 2015.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

42O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Bom dia
43pessoal. Nós já temos quórum, vamos começar de varga, enquanto a Ministra não
44chega. Eu queria dizer que nós já ultrapassamos o quórum mínimo, nós já
45estamos com mais de 57 membros. Nós vamos começar a nossa 119ª Reunião do
46Conama, em ocasião especial. Primeiro, eu queria aprovar as transcrições da 118ª
47Reunião. Alguém tem alguma observação em relação a transcrição da 118ª
48Reunião, quem tiver eu peço que levante seu crachá, os que se abstém, por favor,
49levantem o seu crachá, os que estão de acordo, por favor, ergam os seus crachás,
50em relação a aprovação da ata da última reunião. Aprovada a transcrição. Eu
51queria rapidamente passar a apresentação dos novos Conselheiros, nós temos
52um conjunto de novos Conselheiros que hoje se apresentam, que tomam posse;
53começando pelo Governo Federal do Comando da Aeronáutica, Alexandre Aguiar,
54bem-vindo Alexandre; Luiz Guilherme Sá da Silva, suplente do Alexandre;
55Marilene a nossa presidente do Ibama, ainda não está presente; Ana Cristina
56Rangel, bem-vinda Ana Cristina; Cláudio Maretti do ICMBio; Sérgio Brant do
57ICMBio; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Denise
58Kroeff; do Ministério do Esporte, Bruna Moreira; pelo Ministério do Esporte, José
59Ivan Mayer de Aquino; pelo Ministério da Justiça, Ivan Cândido Franco; pelo
60Ministério da Saúde, Iara Campos Ervilha, pela Secretária de Micro e Pequena
61Empresa, Carlos Leony Fonseca da Cunha; pela Secretária de Micro e Pequena
62Empresa, Mauro Sérgio Bogéa Soares, pela Secretária Geral da Presidência, Ary
63Moraes Pereira. O Governo Federal, pelo menos os Conselheiros que tomam
64posse hoje está ausente em peso. Os governos estaduais, Dr. Geraldo Vitor
65Abreu, Geraldinho bem-vindo de volta, está sendo repatriado; pelo Governo de
66Goiás, Vilmar da Silva Rocha; pelo Governo de Goiás, Jacqueline Vieira da Silva,
67sendo reconduzida eu suponho; pelo Governo do Amazonas, Antônio Ademir
68Stroski, eu já estive com ele por aqui, reconduzido; pelo Governo do Amazonas,
69Ana Eunice Aleixo; pelo Governo da Paraíba, João Vicente Machado Sobrinho,
70bem-vindo João Vicente; pelo Governo de São Paulo, Cristina Maria do Amaral
71Azevedo. Bom, esses são os novos Conselheiros que nós temos em pauta que
72estão assumindo hoje os seus cargos aqui no Conama. Bom, o pessoal da SAC
73chegou? Aviação Civil? A reunião é aqui dentro. Eu queria fazer uma sugestão a
74Plenária de nós encarmos primeiro a discussão da Resolução relacionada ao
75licenciamento ambiental de aeroportos e submeter a votação, se podemos
76antecipar esse tema para dar sequência a reunião enfrentando um assunto mais
77importante objeto da convocação de hoje. Os que estiveram a favor de tratarmos
78imediatamente o assunto em pauta, por favor, ergam os seus crachás. 34. Nós
79estamos em regime de votação, nós já estamos votando. Ele levantou com os
80outros levantando o crachá. 34 são a favor de encaminharmos esse assunto
81agora. Os que são a favor de mantermos a ordem da pauta original, por favor,
82ergam os seus crachás. Bom, vamos passar, então, para o processo da
83deliberação, do processo nº 02000.000509-2015-72, proposta de Resolução
84Conama sobre licenciamento ambiental de aeroportos regionais da presidência;
85proponente: Secretária de Aviação Civil da Presidência. Bom, nós temos, então, o
86assunto vocês todos já receberam o material, em tese nós temos uma pessoa

87para apresentar o assunto e está previsto o Eduardo da SAC, a manifestação
88prevista do Mauro da CTAJ e uma manifestação do Eugênio da Abema. Pois não?

89

90

91 **O SR. ALTAMIRO ALVES FERNANDES (IBRACE)** – A questão de ordem é para
92que possamos conferir o quórum.

93

94

95 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Isso
96sempre, vamos conferir o quórum. Isso é o que nós fizemos na reunião passada,
97não foi? Adriana chamada do Conama. Por favor, vamos fazer a conferência. Eu
98preciso da lista de chamada. Só preciso ter aqui, eu vou chamar e as pessoas vão
99falando, a tecnologia é boa quando ajuda. Bom, começando pelo segmento do
100Governo Federal, está aqui Maurício Andrés Ribeiro, Vicente Andreu, Gisela
101Forattini. Perfeito. Só você? Está bom. Pela Casa Civil da Presidência da
102República, Johanness Eck, Ubergue, Leiza, ninguém da Casa Civil. Tenente-
103coronel Alexandre Vieira de Aguiar, nós já. Pela Marinha Capitão-de-Fragata
104Teresa Cristina Cavalcanti Soares. Perfeito. 3) Pelo comando do Exército,
105Sebastião Morais de Carvalho Junior. Onde está ele? Por favor, verifique o
106contato, porque a assinatura dele está aqui. Gabinete da Segurança Institucional
107da Presidência da República, Maria Regina Ferraz Vieweger, está aí. Perfeito. 4)
108Pelo Instituto Brasileiro, Ana Cristina, está aqui. Pelo Instituto Chico Mendes,
109Marcelo Marcelino, está aqui. Pelo Ministério da Agricultura, nenhum
110representante; Marilene chegou também do Ibama. Ministério das Cidades,
111Marcelo De Paula Neves Lelis, Ministério das Cidades. Pelo Ministério das
112Ciências e Tecnologia, Ricardo Melamed. Pelo Ministério das Comunicações,
113André, Álvaro, Erick; alguém? Não. Pelo Ministério da Cultura, Roberto Pontes
114Stanchi. Pelo Ministério da Defesa, Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Cezar Garcia
115Brandão. Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Carlos Eduardo Portela ou
116Cássio Murilo Moreira Trovatto. Pelo Ministério do Desenvolvimento Social e
117Combate à Fome, Kátia Cristina Favilla ou Denise Reif. Pois não, Bruno? Sobre o
118assunto da contagem ou sobre o assunto da discussão?

119

120

121 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – Secretário, eu entendo
122como é comum nas normas parlamentares do Brasil, que o quórum é verificado
123pela lista de presença e não pelas pessoas aqui dentro, se nós tivermos aí, não
124precisa fazer chamada nominal, se tivermos aí assinado o número suficiente, a
125metade mais um, nós temos quórum. Quem assinou e tiver de fora, porque foi ao
126banheiro ou está batendo papo, ele está apenas se abstendo de votar, mas ele
127está presente para efeito de quórum, nós não precisamos, a meu ver, citar
128nominalmente cada um e a pessoa levantar o braço, e responder presente. O que
129dar o quórum é a lista de presença simplesmente.

130

131

1320 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**

133Infelizmente, Bruno, eu agradeço a ponderação e simpatizo com ela, mas sob
134pena de nós voltarmos ao que ocorreu na reunião passada e que infelizmente está
135ocorrendo aqui de novo, a partir dos dispositivos do Regimento, eu me sinto
136obrigado a fazer dessa forma para evitar questionamentos desnecessários depois.
137Eu acho isso uma desmoralização do próprio Conama, mas como o Regimento
138permite isso, vamos procurar trabalhar de acordo literalmente com o que o
139Regimento prever. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Alexandre
140Comin, Beatriz Carneiro ou Demétrio; alguém chegou? Ministério da Educação,
141Jane, Simone ou Lourival? Ministério do Esporte, Bruna ou José Ivan? Ministério
142da Fazenda, Aloísio, Cláudia, Ricardo; o Ricardo está aqui. Ministério da
143Integração Nacional, Mônica Assad. Ministério da Justiça, Marcelo Chilvarquer ou
144Ivan Cândido da Silva de Franco. Ministério do Meio Ambiente, está aqui a Zilda,
145está aqui a Regina. Ministério de Minas e Energia, José Botelho está aí? Dione?
146Nenhum. Ministério da Pesca, Maria Fernanda, Vladimir e Luiz Alberto. Ministério
147do Planejamento, Celso, Fernanda ou Verônica. Ministério da Previdência,
148Damille. Ministério das Relações Exteriores, Marcelo e Clarissa. Ministério da
149Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego, Grasiela. Ministério dos Transportes,
150Mateus ou Nilton, os dois. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência
151da República, Suzi de Córdova Huff Theodoro. Secretaria dos Direitos Humanos
152da Presidência da República, Ailson, Irina ou Maria Gutenara. Secretaria dos
153Portos da Presidência da República, Rita de Cássia, Uirá ou Marcelo. Secretaria
154dos Portos da Presidência da República, Marcelo. Secretaria de Comunicação
155Social da Presidência da República, Maria Helena, Gislaine ou Tiago. Secretaria
156de Relações Institucionais da Presidência da República, Gilmar. Secretaria de
157Micro e Pequena Empresa, Carlos Leony, Mauro Sérgio e Roseli Alves. Secretaria
158de Aviação Civil, Eduardo Bernardi; está aí o Eduardo Bernardi, Paulo Roberto
159Certo Fernandes Afonso. Ary Moraes Pereira da Secretaria Geral. Ary? Ministério
160Público Federal, Fábio Venzon; você é novo Fábio? Você está no lugar do Saint
161Clair, Leônidas, perdão. O Ministério Público Estadual, cadê o Saint Clair?
162Fernando Reverendo? Alexandre Sikinowski. Terminamos o setor governamental;
163o setor empresarial. CNI, Patrícia Boson está aqui. Setor Florestal, Marcílio Caron
164está aqui. Confederação Nacional de Comércio, João Vieira Almeida está aqui.
165Confederação Nacional do Comércio, Evandro. Confederação Nacional de
166Indústria, Maria Cristina Yuan está aí. Confederação Nacional da Indústria, Shelley
167não, Cardoso não, Carlos Henrique Abreu não. Ainda da indústria Marco Antônio,
168Elisa ou Marcos Torres? Também não. Chegou o Celso do Ministério do
169Planejamento, não é? Confederação Nacional dos Municípios, Johnny. Frente
170Nacional dos Prefeitos, Rodrigo Antônio, Reinaldo Nogueira ou Leonardo de
171Oliveira? Governos Municipais, ANAMMA, Pedro Wilson, Roberto Messias ou
172Eduardo Lima? Não. Governos Municipais, Fábio Camargo, Cristina Ferri e Celma
173Alves; Fábio. ANAMMA Nordeste, João Gentil, Rodrigo Maia e Fernanda de
174Cássia. ANAMMA Norte, Edjales Benício. ANAMMA Sudeste, Vanessa Lima.
175ANAMMA Sul, Fernando Nunes. Sociedade Civil, Maria Lúcia Bernardes Coelho.
176Presidência da República, Paulo Nogueira Neto e João Batista Andrade ou
177Henrique Cavalcanti. Planeta Verde, Eduardo. Catadores, Roberto Laureano

178Rocha. Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, Joaquim Belo, Manuel
179Cunha, Rafael, Bruno Manzolillo está aqui. Centrais Sindicais, Valmir Almeida,
180Vicente Silva e Lourival Figueiredo. Comunidade Científica, Paulo Artaxo; eu vi
181ele. Paulo Martini, é você os dois? Comunidade Indígena, Antônio Fernandes de
182Jesus, Kleber Santos, Márcio Kokoj. Contag, Antoninho Rovaris, Eliziário ou
183Alessandra. Você é o? Têm uns três aqui que assinaram, mas não estão aqui no
184Plenário. Mas suplente é filho de Deus também. Conselho Nacional de
185Comodantes Gerais da Polícia Militar de Corpos de Bombeiros, Major João
186Soares. Karen Regina das Entidades Ambientistas Ecotrópica; está ali. Altamiro
187Fernandes, IBRACE. Francisco Soares está aqui; Entidades Ambientistas da
188Região Nordeste, Boisbaudran; da Amazônia, Fidelis, Ailton, Carlos Eduardo.
189Entidades Ambientistas da Região Norte, Kanindé, Sérgio Cruz, está aí.
190Entidades Ambientistas da Região Sudeste, está aí o Ronaldo, Ponto Terra.
191Entidades Ambientistas da Região Sul, Mira-Serra, Lisiane está aí. Entidades
192Ambientistas de Âmbito Nacional, Instituto Guaicuy Sos Rio das Velhas.
193Entidades Ambientistas Região Sudeste, Marcelo Manara. Entidades
194Ambientistas da Região Sul, Tadeu. Governos Estaduais, GDF, André, Carcius,
195Ivens. Governo do Acre, Edegard ou Pedro Longo ou Simone. Governo do
196Alagoas, Mateus Gonzalez, está aí. Governo do Amazonas, Ademir Stroski;
197Eugênio Spengler também está aí. José Ricardo Araújo Lima; Espírito Santo, Sueli
198Tonini; Maranhão, Marcelo Coelho; Mato Grosso, Ana Luiza; Mato Grosso do Sul,
199Jane Verruck, está aqui o suplente também Ricardo; Minas Gerais, Geraldo Abreu;
200Paraná, Soavinski; Paraíba, João Vicente Sobrinho; Paraíba... Eu sei que dá
201trabalho. Piauí, você é o Luiz Henrique ou Samuel? CNI presente. Governo do
202Rio, seja bem-vinda Isaura. Rio Grande do Norte; Wilson Machado de Rondônia;
203Roraima, Rogério, Rosiray ou Alessandro; Santa Catarina, Alexandre Rates,
204Roberta Schiessl ou Luiz Antônio Garcia; Sergipe, Olivier, José Almeida ou Ailton.
205Finalmente São Paulo, Caroline Marques, bem-vinda Caroline. Bom, Rio Grande
206do Sul, então, depois você assina a lista, por favor. Só um instante, quem faltou,
207Direitos Humanos, Tocantins, Rio Grande do Sul e Goiás, Turismo, cinco. Bom,
208pelas minhas contas aqui, nós estamos com alguma coisa em terno, sem contar
209os que tem assinatura e não estão na sala, nós estamos com 65. Então, nós
210vamos começar a discussão do assunto em questão. Retomando a sequência que
211nós tínhamos proposto, nós temos três inscrições; o Eduardo pela SAC, o Mauro
212pela CTAJ e depois o Eugênio pela Abema, e depois nós vamos encaminhar a
213discussão. Então, Eduardo, por favor, eu peço que faça a apresentação. Como eu
214disse a minha contagem deu 65 não computados, cinco que estão assinados, mas
215não presentes. O quórum é de 57, além disso, eu não computei também tem mais
216cinco que chegaram depois aí. Então, nós devemos estar com o quórum flutuando
217entre 65 e 70. Eu acho que é um quórum bastante confortável para começar a
218discutir o assunto.

219

220

221 **O SR. EDUARDO HENN BERNARDI (SAC)** – Bom dia a todos. Meu nome é
222 Eduardo Bernardi, eu sou da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da
223 República e nós vamos fazer hoje uma breve apresentação do Programa da

224Aviação Regional, porque nós estamos solicitando esta Resolução e o que se
225espera com esse programa no âmbito do Brasil. Então, o que nós temos, a
226situação atual hoje? Nós temos um desenvolvimento expressivo do transporte
227aéreo brasileiro, com a redução do custo da passagem aérea doméstica; hoje nós
228vimos que no nível do ano passado para esse, nós tivemos uma redução de 3%
229do custo da passagem. Então, é uma redução gradativa que continua sempre
230acontecendo com o passar dos anos. Até o ano passado, entre 2004 e 2014, 48%
231de redução no custo da passagem e conseqüente ao número de passageiros,
232foram 117 milhões de passageiros em 2014, 170% de aumento nesse período de
233dez anos, com uma média de 10% de crescimento. É interessante ressaltar nesse
234ponto que a aviação civil continua crescendo; no primeiro semestre desse ano,
235nós crescemos 3,8%, quase 4. Então, mesmo com o cenário recessivo a aviação
236continua crescendo no Brasil e também dizendo que mesmo com essas projeções
237de ajustando demandas a expectativa é triplicar a capacidade do sistema nesse
238período daqui para frente em 20 anos. Então, ali só para termos uma ideia do
239potencial da nossa demanda, nós vimos em termos de passageiros per capita,
240hoje nós temos cinco vezes menos que os Estados Unidos. Então, o nosso
241potencial de crescimento é muito grande, nós somos hoje o terceiro maior
242mercado de aviação civil do mundo e temos como crescer bastante nesse
243mercado com a popularização do transporte aérea, e disponibilidade de mais
244infraestrutura. O nosso principal problema hoje, que impede o crescimento da
245aviação civil, é basicamente a disponibilidade de infraestrutura que ainda é muito
246restrita no país. Exemplo das malhas, é um quadro comparativo interessante, nós
247vemos que no Brasil as rotas aéreas estão concentradas muito nos grandes
248centros e no litoral do país; o centro do país está em grande parte desatendida,
249nós temos quase metade do território desatendido por rotas aéreas irregulares.
250Nós vemos os Estados Unidos, os territórios dele é totalmente coberto pelas
251malhas aéreas e a ideia nossa é com o Programa de Aviação Regional tentar
252gradativamente ir mudando esse cenário no país e disponibilidade, mais
253acessibilidade a população e as comunidades ao transporte aéreo. Ali são as
254previsões de crescimento, nós estamos vendo que tivemos uma mudança da
255curva, nós vimos em um ritmo de 10% ao ano na aviação como um todo;
256atualmente estamos prevendo 5,2%, que vai me levar a triplicar a capacidade do
257sistema e a população que efetivamente estão utilizando o transporte aéreo no
258período de 20 anos. A aviação regional é a linha vermelha de baixo, ela tem
259crescido a 11% ao ano, um pouco maior do que a aviação como um todo e a ideia
260é que ela continue crescendo em um ritmo bem maior, e as expectativas e as
261estatísticas têm mostrado esse crescimento; e com a entrada de estrutura de
262novos aeroportos, a ideia é que isso cresça ainda mais. Então, atualmente nós
263temos cerca de 80 aeroportos regionais recebendo voos regulares, esse número é
264um pouco variável, na verdade, hoje nós temos 81 e com o Programa da Aviação
265Regional, nós vamos está para receber em até 270 aeroportos. Então, nós vamos
266triplicar esse número, um pouco mais que triplicar o número de aeroportos com
267possibilidade de receber operações comerciais. Hoje mais de 40 milhões de
268brasileiros estão há mais de cem quilômetros de distância de um aeroporto da sua
269residência, o aeroporto tem voos comerciais, ou seja, nós estamos deixando de

270atender com o modal aéreo, praticamente 20% da população não está atendida,
27140% da população no interior do país quer viajar e não tem condições de fazê-lo
272divido ao altos custos. Hoje por causa da escassez de rodas, escassez de voos,
273nós temos pouco voos regionais no país, os custos médios são cerca de 31%
274acima do que voos entre capitais. Então, a ideia do programa é que esse cenário
275mude, nós queremos que esse valor seja equivalente, um voo no interior do país
276seja equivalente ao custo de um voo de capitais, por que isso? Para popularizar o
277transporte aéreo e nos levar ao cenário cada vez mais parecido com o do Estados
278Unidos e Europa, onde é um transporte popular e que concorre com o transporte
279rodoviário. Eu estou passando agora para o programa propriamente dito. Quais
280são os objetivos do programa? Temos três objetivos principais no nosso
281programa, é o quê? Melhorar a qualidade do serviço e infraestrutura portuária para
282os usuários; ampliar a oferta de transporte aérea pela população brasileira, e
283reconstruir a rede de aviação regional. Por que reconstruir a rede de aviação
284regional? É interessante dizer que nós já tivemos uma ampla rede de aviação
285regional no país. Muitos que estão aqui presentes lembram que 20, 25 anos atrás,
286nós tínhamos 140, 150 cidades atendidas por operações regulares. Hoje o que
287aconteceu? Nós tivemos uma modernização das aeronaves e teve, nesse meio
288tempo, tivemos o aumento do custo de combustível em paralelo a infraestrutura
289não acompanhou esse desenvolvimento. Então, nós vimos gradativamente
290reduzindo a quantidade de localidades atendidas nesse período dos últimos 25
291anos. Então, essa possibilidade de reconstruir a rede é também, primeiro, buscar
292a voltar o que nós tínhamos há alguns anos atrás e em seguida desenvolver além
293do que tínhamos, que é realmente um incremento nessa rede de aviação regional.
294Com isso nós vamos ter um fortalecimento e ampliação da aviação regional, que
295está embasado hoje em três pilares esse programa; primeiro investimento em
296infraestrutura, que é basicamente a recuperação dos aeroportos atualmente
297existentes, alguns novos aeroportos, poucos, subsídios das tarifas e rotas, não
298adianta eu colocar uma infraestrutura e não ter como operar essa infraestrutura,
299não ter um incentivo para que essas rotas comecem a chegar nessas localidades.
300Então, esse programa vai prevê os subsídios a tarifas e rotas; pelo menos uma
301parte inicial para incentivar essas rotas e proporcionar a consolidação delas. E a
302parte de parceria com os Estados e Municípios, em especial com a gestão dos
303aeroportos, essa parceria não é só quanto a gestão, nós temos a parte de gestão
304dos aeroportos, mas nós também temos uma parte muito grande de capacitação
305de pessoal para aviação civil, hoje nós temos uma falta de pessoal muito grande,
306a SAC está investindo nessa capacitação; já começou em 2013, nós temos hoje
307mais de 1500 profissionais já treinados por esse sistema e isso está colocado no
308programa, e está à disposição dos Estados e Municípios para capacitar as suas
309equipes para atuar nos aeroportos regionais. O que é a contrapartida dos estados
310e municípios? É entregar o sítio aeroportuário livre e desembaraçado, na verdade,
311é uma busca de uma regularização patrimonial desses sítio aeroportuário. Nós
312tivemos um problema muito sério de falta de regularização do patrimônio desses
313sítios. Então, o programa também está buscando isso, nós estamos trabalhando
314em parceria com os Estados e Municípios, e isso tem gradativamente avançado
315nesse último um ano e meio que começamos a trabalhar com o programa. A união

316vai investir na infraestrutura, 100% dos recursos vem do Fundo Nacional de
317Aviação Civil, o que é o Fundo Nacional de Aviação Civil? É um fundo composto
318basicamente de recursos das concessões dos grandes aeroportos e uma parte
319pequena dele, 15%, vem do adicional da tarifa aérea. Então, cada passagem que
320se paga tem um adicional dentro dela, que vai para esse fundo. E a ideia disso é o
321que? Que as concessões dos aeroportos de capitais, grandes aeroportos,
322sustentem o sistema dos pequenos aeroportos. Então, isso já é um modelo
323consolidado em outros países e a ideia é realmente não depender de recurso do
324tesouro para o Programa da Aviação Regional. Os investimentos são
325padronizados, conforme o porte do aeroporto, nós temos quatro tipos de
326investimentos, conforme o porte do aeroporto e a demanda de cada localidade.
327Então, a ideia é não fazer aeroportos muito maiores do que a demanda necessita
328e sim adequadas aquela demanda com a possibilidade de expansão futura, e a
329garantia da gestão e conservação de investimento, através da política de
330capacitação, de incentivo à gestão, aeroportuária da parceria com Estados e
331Municípios. O que é a situação atual? Nós vemos ali, aquilo mostra todos os
332aeroportos que recebem voos comerciais hoje no interior do país, é o mapa de cá
333e ali lotados em vermelho, nós temos os aeroportos que vão ser colocados à
334disposição das linhas áreas a partir do Programa da Aviação Regional. Então, nós
335vemos que o mapa do país, principalmente no interior do país está mudando
336bastante. A ideia é realmente interiorizar o transporte aéreo. Falando agora do
337nosso tema ambiental, uma coisa interessante, nós temos que hoje só 8% dos
338aeroportos regionais tem um tipo de regularização ambiental. O objetivo do
339programa também, é um paralelo desse programa, é buscar a regularização de
340todos os aeroportos regionais do programa, é um dos pilares do programa. O
341programa não vai ter investimento, enquanto não tiver sendo tratada a questão
342ambiental naquele aeroporto. Então, esse é o principal motivo de nós estarmos
343aqui hoje buscando essa Resolução junto ao Conama. Os estudos preliminares
344hoje mostra que temos obra de infraestrutura que estão dentro dos sítios atuais,
345ou seja, eu não estou criando aeroporto novo, eu estou em 193 aeroportos
346colocando obras de infraestrutura dentro daquele sítio sem qualquer expansão do
347sítio aeroportuário. Então, a maioria do programa está sendo, na verdade, uma
348recuperação daqueles aeroportos hoje já existentes dentro das suas próprias
349áreas patrimoniais. Depois eu tenho obra de infraestrutura nos sítios atuais, mas
350que eu tenho uma pequena expansão do sítio, que representa 55 aeroportos, e os
351aeroportos efetivamente novos são 22 no programa todo. Então, eu só tenho 8%
352do programa sendo aeroportos novos, a maioria deles, como nós já falamos aqui,
353e na busca da reconstrução da viação regional é tratado com aeroportos
354existentes. Então, qual é o objetivo do programa em relação a questão ambiental?
355Primeiro, levantar a situação ambiental de todos os aeroportos para o Programa
356da Aviação Regional; hoje nós já temos isso levantado em 80 aeroportos, vamos
357chegar a 100 em outubro a 130 mais ou menos no final do ano, mais ou menos
358metade do programa já está com a situação levantada. Buscar essa regularização
359ambiental de forma gradual nos aeroportos existentes, eu estou com aeroportos
360existentes, a maioria deles operam, seja com a aviação geral, seja com a viação
361comercial. Então, a ideia de buscar essa regularização gradual é que nós vamos

362em um para passo fazendo esse ajuste realmente ambiental e buscando a
363regularização de todos os aeroportos do programa, tem que ficar bem claro, são
364todos os aeroportos que estão sendo tratados. Parcerias com os órgãos
365licenciadores para licenciamento ambiental dos empreendimentos e uma coisa
366interessante que nós temos que sempre ter em mente, que aeroportos regionais
367são bem diferentes de aeroportos de capitais, e por isso que estão sendo
368diferenciados, eu não posso tratar um aeroporto regional, o Aeroporto de Cáceres,
369por exemplo, como o Aeroporto de Guarulhos ou até mesmo com o Aeroporto de
370Cuiabá, eles tem um impacto muito menor, eles tem uma demanda de
371passageiros muito menor, a quantidade de operações muito menor e por isso que
372eles estão sendo diferenciados. Hoje nós temos 77 projetos de aeroporto com a
373execução autorizado em diversas fases do licenciamento desde julho de 2014.
374Revisões de projetos, todos eles, é uma condicionante o programa, tem que
375refletir os estudos ambientais e eventuais condicionantes dentro dos estudos; não
376temos nenhum ainda concluído, mas recentemente começaram a sair algumas
377licenças dos Estados. Então, está avançando para a conclusão de bastante
378projetos, englobando dentro deles todos os custos e condicionantes ambientais,
379eventualmente colocados, que vão fazer parte dessa infraestrutura e desse
380investimento do Governo Federal. Uma ressalva que ele sempre coloca, é que
381aeroportos enviados tecnicamente e que demandam grandes investimentos serão
382avaliados quanto a priorização dentro da malha regional. Então, ou seja, se tiver
383um aeroporto que tem um grande impacto ambiental, vai me demandar um grande
384investimento, vai ter um prejuízo muito grande a alguma comunidade, alguma
385coisa, ele vai ter a sua operação reavaliada, pode passar inclusive a ser o novo
386aeroporto para dentro daquela localidade, alguma coisa com menos impacto.
387Então, isso também está sendo feito no âmbito do projeto. O que tem acontecido,
388o que são os fatos observados em relação ao licenciamento ambiental nesse
389período de um ano e meio de andamento efetivo do programa de início do
390licenciamento? Nós não temos diretriz a nível nacional com licenciamentos de
391aeroportos regionais, nós temos para os aeroportos de capitais, eles devem ser
392tratados realmente como área de maior impacto, etc. e esse é o tratamento, mas
393quando eu venho para as regionais não tenho diretriz para esse tratamento dos
394aeroportos. Eu tenho diversos órgãos licenciadores e solicitação de estudos
395ambientais distintos para aeroportos que tem intervenções similares, vai ter
396aeroportos com intervenções menos sitio aeroportuário, com uma intervenção
397muito parecida em um aeroporto com outro em áreas já degradadas e
398consolidadas, e cada órgão ambiental me pede um estudo diferente. Então, a ideia
399é ter uma padronização disso. Nós não temos diretrizes específicas para
400enquadramentos dos aeroportos regionais, por isso a falta de padronização. A
401busca da regularização ambiental; a maioria desses aeroportos nunca passaram
402por nenhum processo, alguns até começaram o processo, mas estão parados por
403falta de documentos, falta de estudos, falta de levantamentos de campo e, como
404nós já falamos antes, a maioria são existentes, são áreas já consolidadas. Nós
405vimos que só 8% do programa se trata efetivamente de aeroportos novos sendo,
406então, nós temos 92% são aeroportos já consolidados, áreas já consolidadas, a
407maioria delas são 40, 50 anos de operação naquela área. Então, quais são as

408dificuldades hoje? A emissão do termo de referência. Como tem a dificuldade de
409enquadramento, a falta de padronização e esse tipo de coisa, nós temos hoje um
410tempo médio de 220 dias para recebermos um termo de referência dizendo que
411estudos são necessários para aqueles aeroportos. Depois solicitação de estudos
412simples para casos complexos, e dos complexos para casos simples, uma falta de
413previsibilidade, nós temos vários órgãos que depois que vamos ao Estado e
414apresenta o projeto, e mostra como é aquela situação, nós temos tido algumas
415revisões no termo de referência sendo adequadas realmente ao impacto que
416aquele aeroporto vai proporcionar, que é o que eu falei aqui embaixo, alteração do
417TR é emitido com a interferência demandada para o aeroporto regional buscando
418uma simplificação. Então, isso vem muito em relação aquilo, nós não podemos
419tratar um regional como aeroporto de capital, o impacto é muito menor, inclusive
420em termos de operações de pessoas circulando, da própria área do aeroporto.
421Então, essa proposta de Resolução do Conama, ela é específica para licença
422ambiental de aeroportos regionais, nós estamos batendo muito nesse tema,
423porque no início nós tivemos uma confusão entre aeroportos de capitais e
424regionais. Então, essa proposta de Resolução é bem específica para aeroportos
425regionais. O que esperamos disso? Que tenhamos uma base normativa
426homogenia para garantir o (...) ambiental e agilidade ao processo; diretriz para
427enquadramento para dar maior segurança jurídica aos órgãos licenciadores e
428gestores ambientais; uma definição clara do conteúdo mínimo dos estudos
429ambientais; a segurança para o meio ambiente e nas análises a serem efetuadas;
430e a continuidade das operações e compromisso de regularização; recuperar o
431passivo ambiental e características regionais, nós já falamos. Nós temos a ampla
432maioria dos aeroportos não tem nenhum tratamento ambiental, não passou por um
433processo de regularização, nada disso. Então, essa proposta dessa Resolução é
434que permita a regularização gradual e que se tenha realmente um compromisso
435efetivo de regularização desses aeroportos. É isso, é uma breve apresentação. A
436mensagem é que o Brasil quer e vai decolar, o programa está em pleno
437andamento, o tráfego aéreo tem crescido mesmo com a crise e nós realmente
438esperamos buscar dentro desse programa, além dessa nova infraestrutura da
439nova qualidade dessa possibilidade da população ter novos voos e ser mais
440atendida, é uma questão até de cidadania. Essa parte também ambiental, essa
441regularização ambiental, que é muito importante e que nunca foi tratada. Nós nos
442colocamos já a disposição na Secretaria, seja nesse momento ou qualquer outro
443momento, nós estamos à disposição para qualquer dúvida ou qualquer pergunta
444relativa, e agradeço a todos o apoio. Obrigado.

445

446

447**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito
448obrigado. Eu queria pedir para o nosso consultor jurídico, o Dr. Mauro Almeida,
449para dar a posição dele. Obrigado.

450

451

452**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Bom dia a
453todos. Eu não quero tomar muito tempo dos Conselheiros, apenas para pontuar

454algumas questões, dizer que essa Resolução do Conama, se é que nós a Câmara
455Técnica de Assuntos Jurídicos, a qual presidido, tem a atribuição de tratar da
456legalidade de constitucionalidade dos termos das Resoluções. Mas nesse caso
457específico a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos teve um papel proativo muito
458grande em propor uma melhor redação que colaborasse com a Resolução para
459fins de seus efeitos práticos. Houve, então, uma sugestão da Câmara Técnica de
460Assuntos Jurídicos que o Ministério do Meio Ambiente melhorasse a redação a
461partir da indicação das sugestões dos representantes na Câmara Técnica, depois
462também houve uma sugestão que nós fizéssemos uma reunião conjunta da
463Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a Câmara Técnica de Controle Ambiental
464e essa reunião também foi muito positiva, e só veio a contribuir para a melhoria
465da redação da Resolução. Como vocês puderam receber a Resolução tem como
466foco principal a regularização, já que o Programa do Governo Federal trata de
46792% dos aeroportos já existentes. Então, o foco dessa Resolução é regularização
468e ampliação com um resíduo para novos aeroportos também dentro daquele
469contexto de aeroportos com baixo impacto ambiental. Acho que nós tivemos um
470trabalho muito profícuo, sobretudo com o apoio da Dra. Regina Gualda da
471Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania; da nova diretora do DConama,
472Ana Lucia Dolabella, e do ponto de vista legal e constitucional a Resolução está
473em termos, o que é importante nesse contexto observar é que esse tipo de
474Resolução trabalhada a várias mãos e em um contexto de colaboração entre o
475Ministério, a Sociedade Civil e os órgãos estaduais e municipais, ela fortalece a
476posição institucional do Conama; o Conama precisa se afirmar nesse contexto de
477institucionalidade que nós vivemos e esse tipo de Resolução só faz com que o
478Conama se fortaleça, então. Bem, eram essas as colocações que eu tinha, como
479eu disse, eu não quero tomar tempo, mas fico aqui a disposição para caso haja,
480no contexto da avaliação ou da discussão e votação da Resolução, tirar alguns
481esclarecimentos. Vejo aqui companheiros da Câmara Técnica de Assuntos
482Jurídicos e da Câmara de Controle Ambiental podem colaborar também e fico,
483então, no aguardo de alguma dúvida ou algum esclarecimento que, porventura,
484queiram tirar. Muito obrigado.

485

486

487**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado
488Mauro. Pediria, então, ao Dr. Eugênio pela Abema. Todo mundo aqui está inscrito
489aí ou não?

490

491

492**O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Gov. Bahia)** – Bom dia Ministra e bom dia
493Francisco. Primeiro, eu queria destacar dois aspectos importantes dessa proposta
494de Resolução, que uma delas é criar um nível de padronização mínima no
495processo de licenciamento desse tipo de atividade entre os estados brasileiros e
496também municípios, que eles têm algumas situações que talvez até o município
497seja responsável pelo licenciamento. Então, o que nós temos verificado é uma
498disparidade grande e a Resolução tende a ajudar a corrigir essas disparidades
499dando a Secretaria de Aviação Civil e aos empreendedores um grau de segurança

500e de aproximação maior em relação as exigências e ao que se pede para os
501estudos e para a adequação ou novos licenciamento desse tipo de
502empreendimento. Segunda questão que eu gostaria de ressaltar, é de que o que
503está na Resolução não é novidade, na verdade, com variações de um Estado para
504outro todos os procedimentos que estão sendo propostos para o licenciamento de
505aeroportos regionais, de uma ou de outra forma, já são adotados para outros tipos
506de atividades, outros tipos de empreendimentos e até mesmo para aeroporto por
507Estados, com procedimentos variados, mas tem. Então, não existe nada de novo,
508nada que já não seja praticado em relação ao que está sendo proposto pela
509Resolução hoje aqui ao Conama para que seja aprovada, é além dos aspectos
510que foram ressaltados aqui, tanto pelo Mauro, como pelo Presidente da SAC, da
511importância desse processo para o país, da legalidade em relação a proposição
512que vem hoje para o Conama, nós queremos destacar esse aspecto. É importante
513ressaltar que além do texto, ele vem acompanhado de dois anexos que estabelece
514um referencial básico, mínimo para os estudos a serem apresentados de acordo
515com os tipos de licenciamento. E por outro lado também, não fere a autonomia
516dos Estados em definir algumas questões específicas associadas aquilo que são
517especificidades locais. Então, desse ponto de vista a Abema já vem defendendo
518esse projeto, essa proposta na Câmara de Controle Ambiental, também defendeu
519na reunião conjunta da Câmara de Assuntos Jurídicos e de Controle Ambiental e a
520Abema está se sentindo bastante confortável em caminhar a aprovação hoje aqui
521em Plenária dessa Resolução. Obrigado.

522

523

524**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom, estão
525abertas as inscrições, então, antes de colocarmos o texto em votação. Vamos
526tentar ser objetivos, pessoal, nos posicionamentos.

527

528

529**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
530**Velhas)** – Eu vou pedir calma aí para nós podermos discutir, porque eu acho que
531nós entendemos que essa questão é uma questão importante, aprovamos na 117^a
532Reunião passada essa questão da urgência e foi uma urgência urgentíssima, em
533dois meses isso veio para a Plenária. Eu quero colocar que quando isso foi
534colocado aqui na reunião, o grande foco, isso está na ata, do Eduardo que
535representava aqui a aviação civil, que o nosso objetivo hoje aqui no Conama é nós
536conversamos um levantamento da situação ambiental de todos os aeroportos do
537Programa de Aviação Regional e a ideia é que possamos fazer regularização
538gradual do passivo ambiental dos aeroportos existentes. Então, o grande foco era
539os aeroportos existentes, então, essa era a ênfase, esse era o objetivo de entrar
540isso na pauta, esse foi o foco maior do processo. Então, nós estamos solicitando a
541essa Plenária um pedido de vistas a essa deliberação. Eu quero respaldar esse
542pedido com algumas justificativas, dados que nós vamos fazer uma deliberação
543que vai servir, não só para regularizar o passivo, mas que foi incluído nesse
544processo o processo também de novos aeroportos. Então, estou dizendo que essa
545Resolução, na verdade, trata de dois objetos distintos, uma que a regularização de

546um passivo que já está consolidado, está lá existente e a outra que é a questão de
547normas para implantação de novos aeroportos, e aí eu acho que fica muito difícil
548dentro dessa Plenária aperfeiçoarmos, e essa era a ideia, o conjunto das questões
549que estão colocadas aqui. Então, eu acho que primeiro regularizar passivo é uma
550questão e a questão da ampliação, e a questão de novos aeroportos diz de outra
551história. Tem algumas questões relacionadas a norma que eu acho que estão
552colocadas, porque o que define, por exemplo, o aeroporto regional é a questão da
553capacidade de passageiros, mas, por exemplo, nós não estamos discutido aqui,
554nós estamos discutindo em tese os aeroportos todos, mas têm aeroportos que
555estão inseridos dentro de malhas urbanas de grandes e médias cidades, por
556exemplo, você pega o aeroporto tipo Montes Claros, aeroportos do interior que já
557estão inseridos dentro de malha urbana, que você tem processo, inclusive, de
558conflitos em relação a população que está ali colocada. Na questão da definição
559não se tem clara aqui na definição o que é área de influência direta e indireta
560nesse empreendimento, esse conceito de baixo impacto ambiental, quer dizer,
561depende, nós temos em Belo Horizonte um aeroporto que é um aeroporto, como
562chama Carlos Prates, o aeroporto Carlos Prates entraria dentro dessa categoria
563de baixo impacto, porque ele não tem esse número de passageiros, mas é
564extremamente impactante do ponto de vista do efeito ambiental dele. No que diz
565ao baixo impacto, o que define o baixo impacto não considera a capacidade
566instalada, a área física, não considera a caracterização geográfica, se tem
567adensamento humano, se está dentro da malha urbana, se tem relocação ou não
568de pessoal dentro dessa estrutura toda, isso não está na norma e o que não está
569na norma vira terra de ninguém, vira uma situação que nós vamos deixar em
570aberto situações, absolutamente, que não estão postas na regulamentação do
571Conama. A ampliação é colocada de uma forma genérica, então, você pode
572começar com um aeroporto de 600 e de repente passar para um aeroporto de um
573milhão, porque não tem regra, a ampliação não define até que ponto você pode
574fazer o dimensionamento disso. E por fim, quando se trata de novos aeroportos é
575resumido em três artigos só, só três artigos dessa Resolução tratam de novos
576aeroportos e desses três artigos a maioria conduz a situação de simplificação, não
577se fala em estudos efetivamente de impacto ambiental e de outras coisas que já
578estão nas legislações Conama da necessidade desses estudos. Então, é um apelo
579que estamos fazendo aqui a Plenária, porque nós não podemos fazer vista
580diretamente, isso tem que ir para votação para a Plenária, não somos contra, mas
581achamos que o asoberbamento da decisão, a urgência, não pode atrapalhar
582aquilo que pode ser feito de melhor em termos de qualidade e é nesse sentido que
583nós estamos encaminhando para a Plenária essa solicitação para que nós
584possamos aprimorar, como fizemos na tramitação do projeto de tintas, do projeto
585de remediação, em que transitaram por um tempo muito maior e vieram para a
586Plenária, tiveram pareceres e se levou um processo de conciliação, e que foi
587produtivo para que nós pudéssemos ter uma Resolução de fato, porque quero
588dizer a nossa responsabilidade, que uma vez posta isso aqui, isso vai determinar o
589futuro da instalação, inclusive dos novos aeroportos. Então, nós temos que ter o
590cuidado e a prerrogativa de entendermos que como Conselheiros do Conama, nós
591estamos deliberando, não só sobre a regularização do passado, mas sobre o

592 futuro e sobre isso eu acho que nós precisamos aprimorar o que está aí posto na
593 proposta. Obrigado.

594

595

596 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado
597 Polignano. Nós já tivemos uma fala do Eugênio a favor e do Polignano mais
598 cautelosa em relação a proposta. Nós vamos aceitar mais duas inscrições a favor
599 e duas contrárias ao projeto. Quem deseja falar? Lisiane, aqui tem Geraldinho e
600 Fábio.

601

602

603 **A SRª. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Bom dia a todos. Primeiramente, eu
604 gostaria de externar a minha preocupação em termos alterado a pauta, a ordem
605 da pauta, porque o momento da tribuna livre eu teria falado muito a respeito do
606 que eu gostaria em relação a essa Resolução.

607

608

609 **A SRª. ANA LUCIA BARROS DOLABELLA (Diretora do DCONAMA)** –
610 Desculpa Lisiane, você se apresenta, por favor.

611

612

613 **A SRª. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Eu gostaria só de colocar uma
614 preocupação que está sendo alvo de novo de preocupação pelo Conama, que
615 deveria ser ao menos, porque a minha é. A Resolução 457, aquela que tratou dos
616 animais, da recepção de animais, está sendo novamente alvo de tentativas de
617 suspensão pelo Congresso, onde eu quero chegar? Onde eu quero chegar é que
618 aquela Resolução foi aprovada...

619

620

621 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Lisiane, vai
622 ter tribuna livre, por favor, Lisiane.

623

624

625 **A SRª. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Eu vou chegar no ponto, eu fui contra a
626 alteração, não foi por consenso. Eu quero só dizer o seguinte, que se a Resolução
627 457 foi aprovada por unanimidade por essa casa e dois anos depois continua
628 sendo alvo de tentativa de suspender, de anular, de rejeitar e reprovar, eu fico
629 pensando nessa Resolução, que está cheia, no meu entendimento, de problemas
630 que devem ser sanados e com certeza vão ter uma repercussão muito maior que
631 é a 457, porque a 45 tratava só de fauna, aqui nós estamos tratando de fauna, de
632 recursos hídricos, de solo, de poluição atmosférica. Então, são muitos itens aí,
633 nesse ponto que eu quero chegar, é que nós temos que nos preocupar, não só
634 com a Resolução, mas também com a papel nosso de Conselheiros e de como
635 órgão, como colegiado maior na República. Então, eu fico muito preocupada de
636 nós começarmos a discutir essa Resolução, que não está madura, não está
637 amadurecida, como foi a 457, que teve intensas discussões para chegar a

638unanimidade, nós vamos sair daqui sem a unanimidade, com muitas emendas e
639acho que valeria a pena, já que no histórico, na análise dessa Resolução a
640apresentação constava só na ata, está em ata, isso só constava da regularização
641de aeroportos, não incluía novos. Então, nós conferimos a ata, foi aprovada essa
642ata. Então, eu fico muito preocupada com a reputação dessa casa, sim eu fico,
643porque não é a primeira vez que temos ameaça da reputação do Conama. Então,
644eu peço sinceramente que avaliem a possibilidade de aprovarem pedido de vista
645ao qual a Mira-Serra também subscreve.

646

647

648**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Bom dia a todos. Marcelo
649Manara, SODEMAP. Reforçando as questões apontadas pelo Polignano, eu vejo
650que essa proposta de Resolução tem um pecado original ao incluir novos
651aeroportos; os novos aeroportos têm e devem ter uma análise e dimensão dos
652seus impactos diferenciados, em razão exatamente da capacidade que tem esse
653tipo de estrutura em promover diferentes aspectos no desenvolvimento das
654localidades, onde serão inseridos. São vetores de desenvolvimento e acontece o
655que vem acontecendo com as estruturas existentes, exatamente em razão do
656lapso e da omissão em termos de se posicionar novas estruturas com capacidade
657de aeroportos regionais do desenvolvimento que ele promove e do vetor de
658desenvolvimento como uma alteração, e uma situação bastante específica que
659deve se ater e deve se alinhar com o planejamento, zoneamento municipal e com
660discussões com a sociedade local, coisas que não estão abarcadas por essa
661proposta de minuta. O grande erro foi exatamente incluir os novos aeroportos. E
662da proposta e da minuta trazida uma omissão que entendemos como grave é a
663inexistência do aspecto social na dimensão dos impactos que atribuem, que
664elegem, o critério de elegibilidade, por exemplo, do art. 6º da ampliação das
665estruturas existentes e que atribuem como de baixo impacto ambiental mesmo na
666hipótese que ele vá promover a relocação, o remanejamento de moradores que
667estão na sua área de influência direta, isso não está contemplado na minuta
668apresentada. Em hipótese alguma quando da necessidade de remanejamento de
669populações pode-se eleger como baixo impacto, a existência de populações a
670serem remanejadas deveria está incluída no inciso II como critério excludente da
671elegibilidade como baixo impacto ambiental. Então, para pontuar uma questão de
672texto e outra questão de fundo, como um todo da proposta, entendemos que o
673pedido de vistas é bastante apropriado e oportuno para que possamos trazer e
674aqui repito também o que a Lisiane ou o Polignano alertaram, que não somos
675contra, eu acho que a regularização ambiental de setores existentes é necessário,
676extremamente necessário, mas que o pedido de vistas vai propiciar a
677apresentação de um texto mais real, mais factível e de maior interesse para a
678sociedade brasileira.

679

680

681**O SR. FABIO CAMARGO FERREIRA (ANAMMA NACIONAL)** – Bom dia
682Ministra, bom dia Secretário, bom dia a todos. Eu sou o Fábio Camargo, vice-
683presidente da ANAMMA Nacional. Antes de me pronunciar sobre o fato, só avisar,

684Ministra, que teve eleição na ANAMMA mês passado e foi eleito o novo
685presidente, que está ali, o Rogério, que é Secretário de Campinas. Sobre o
686assunto, primeiramente aqui eu quero também fazer um agradecimento a todos do
687Conama, do Ministério e todos os integrantes do Grupo de Trabalho e das
688Câmaras Técnicas, que tomaram conta dessa Resolução. O tema foi bastante
689discutido, tiveram 12 versões, não é Regina? De propostas, passaram em três
690Câmaras Técnicas, foi na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, voltou para a
691Câmara para fazer uma reunião conjunta, onde todos os membros votaram a favor
692dessa Resolução, que foi ao final eleito que tudo que era ambientalmente correto
693foi feito nesse fato. Existe os anexos, que foi falado que a parte ambiental seria
694fragilizada, mas tudo que é estudo ambiental, que toma conta dessa parte de
695fauna, de flora está nos estudos em anexo. Então, entendemos que essa
696Resolução foi discutida, foi trabalhada e a ANAMMA, que representa todos os
697municípios irá votar a favor, porque entende que o meio ambiente não está
698desamparado nesse caso. Vamos ver ponto a ponto na Resolução e nela está
699escrito que deu muita autonomia a quem licencia, que é quem realmente sabe o
700que está acontecendo, o impacto naquele local. Então, deu autonomia de pedir
701outros estudos. Então, entendemos que nesse caso específico a Resolução está
702correta e vamos aí votar a favor dela. Muito obrigado.

703

704

705**O SR. GERALDO VITOR DE ABREU (Governo do Estado de Minas Gerais) –**

706Ministra Izabella, Secretário Gaetani, Conselheiros e Conselheiras bom dia. Meu
707nome é Geraldo Abreu, sou subsecretário de regularização ambiental do Estado
708de Minas Gerais. E queria dizer que essa Resolução vem madura, na minha
709opinião, e em um bom tempo. Nós precisamos entender que os debates não
710podem ser debates infinitos, eles podem até continuar depois de determinado
711momento onde você delibera, mas eles não podem ser estendidos ao ponto de
712você passar a ser questionado na nossa capacidade de resposta, enquanto
713Conselho, as demandas que estão colocadas na sociedade, as demandas de
714cunho social, de cunho econômico e de cunho ambiental; do contrário nós
715podemos correr o risco de ver como já ocorreu, em outros momentos, de outras
716instâncias deliberaram por nós. Essa indefinição, essa ausência de você tomar
717decisão, muitas vezes leva outras instâncias a fazê-lo por nós e normalmente
718fazem de forma não tão qualificada quanto esse coletivo do nosso Conselho. O
719Estado de Minas Gerais tem 33 destes aeroportos em situação irregular e que
720precisam ser regularizados para que o Estado possa caminhar na direção do seu
721desenvolvimento; dos 33, 5 aeroportos são prioritários, estão na prioridade,
722Divinópolis no Centro-Oeste Mineiro, que precisa se desenvolver e necessita
723desse aeroporto regional; Paracatu, Patos de Minas, no Noroeste do Estado, que
724também pelas distâncias que nós temos, terão uma importância muito grande para
725o desenvolvimento daquela região; Aeroporto de Poços de Caldas, uma cidade
726turística que muitos de vocês já devem ter visitado e que não dispõe de um
727aeroporto para receber os turistas que possam visitar aquela região e tantos
728outros aeroportos, Ouro Preto, uma cidade histórica, Patrimônio da Humanidade,
729que não dispõe de um aeroporto regional. Se nós não entendermos que é

730necessário que as normas sejam modernizadas e não estou falando aqui de
731flexibilização como alguns insistem em ameaçar e a denunciar quando estamos
732tratando de modernização da norma para que nós possamos ter agilidade, e
733resolutividade nas decisões dos Estados, que muitas vezes ficam paralisadas,
734porque nós não temos regras claras que possam orientar as decisões nos Estados
735e é nesse sentido que Minas Gerais está aqui encaminhando favorável a
736Resolução para que nós possamos avançar e mais um apelo a todos, que nós
737possamos também ter a coragem de tomar a decisão, não apenas sobre esse
738assunto, mas sobre muitos outros que, às vezes, pela não clareza da regra nos
739paralisam e nos impedem de tomar as decisões de forma adequada e balizada por
740normas que orientem na direção de um desenvolvimento sustentável para os
741Estados e para o Brasil. Obrigado.

742

743

744**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Se vocês
745desejarem, nós podemos abrir para uma ou duas intervenções para cada
746posicionamento. Patrícia, Francisco e Francisco, então, por favor, e depois...

747

748

749**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Francisco Rodrigues
750Soares, Fundação Rio Parnaíba, região do Nordeste. Bom dia a todos e a todas.
751Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Ministra Izabella Teixeira e dizer a
752todos que esse Conama, esse Conselho é um grande instrumento para o
753desenvolvimento do país e para a política do meio ambiente do Governo Federal.
754Nesse sentido nós, da sociedade, apresentamos propostas e essas propostas vão
755implementar as políticas públicas, uma delas Ministra é propor que o Ministério do
756Meio Ambiente crie um grupo de trabalho jurídico visando uma ampla
757reformulação na Política de Recursos Hídricos do país, inclusive a Lei de
758Recursos Hídricos, se necessário criar aquela figura do produtor de água, que
759todo mundo produz água aí, mas não é regulamentado que com isso nós vamos
760superar crise de água e vamos superar crise de energia. Outra coisa seria a
761criação desse Grupo de Trabalho Jurídico, Ministra, seria para propor, que são
762muitas leis, e essas leis, as jurídicas, levaria a Casa Civil, se necessário quem
763sabe até uma Medida Provisória, se for necessário uma coisa de urgência para
764superar a crise de água no Brasil. A outra seria a questão da união dos dois
765conselhos, que nós tentamos através de uma moção é fazer com que essa
766política, onde tem água tem floresta.

767

768

769**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Francisco,
770nós vamos ter a tribuna livre. Vamos tentar nos ater ao tema.

771

772

773**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – É rápido. São dois itens,
774porque quero pedir a Ministra que tente estudar, através de jurídica, a união do
775Conselho de Recursos Hídricos ao Conselho do Meio ambiente, não dá para

776separar água da floresta e nem a floresta da água. A outra coisa é a proposta de
777mudança no regimento interno, que o secretário já teve alcançando, porque esse
778Regimento Interno tem que se adequar à nova realidade e essa realidade nós
779estamos sentindo que para um Conselheiro apresentar uma moção, são 18 dias
780com 8 assinaturas, enquanto o Regimento Interno anterior apenas um Conselheiro
781com poucos dias apresentava uma moção de interesse desse Conama. Isso tem
782que contribuir para esvaziar a pauta do Conama, por isso pediram que volte a ser
783o que era, agora quando for de urgência que seja sete assinaturas por aí. Está
784certo? Muito obrigado a todos.

785

786

787**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado
788Francisco.

789

790

791**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom dia a todos,
792Ministra e Presidente. Eu só queria fazer um esclarecimento, não vou entrar aqui
793no mérito das justificativas do pedido de vistas, eu acho que isso é de cada um,
794mas é preciso, até para nós não ficarmos assim achando que somos todos meio
795malucos, esclarecer que a primeira proposta, o dia que ela foi apresentada aqui
796tinha aeroportos novos, isso não foi incluído, eu posso resgatar tanto que a
797primeira versão que nós discutimos que a CTAJ propôs uma revisão foi
798justamente para separar o que era regularização do que era novo, porque a
799proposta, a primeira que nós discutimos dentro da Câmara Técnica, nós
800confundimos artigos, mesclando artigo de novos com artigo de regularização. A
801revisão que a CTAJ fez e que gerou a reunião conjunta das duas câmaras foi
802justamente para isso, para esclarecer para todos que vão aplicar a norma que
803uma coisa é regularização e a outra é novos. Essa foi a intervenção da CTAJ e
804que gerou a reunião conjunta. Então, dizer que entrou agora novo não é correto,
805gente.

806

807

808**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
809**Ambiente)** – Patrícia, só uma questão de ordem. A ata tem que ser revista, está
810aqui o processo do Conama, quem trouxe esse assunto ao Conama foi a Ministra
811de Estado de Meio Ambiente em março, eu apresentei o pedido de urgência, a
812Resolução, o processo e todas as instruções tratam, tudo isso aqui, trata inclusive
813o Programa Nacional de Aeroportos Regionais, que incluiu regularização de
814passivos, inclui ampliação e novos aeroportos. Então, se há a necessidade de
815corrigir ata ótimo, vamos corrigir ata, já está sendo feito. Então, na transição tem
816novos. Mas é uma questão de ordem Patrícia, desculpe te interromper, termine a
817sua fala, eu vou fazer os esclarecimentos, porque fui eu quem apresentei o
818assunto, quem apresentou foi a Presidente do Conama. Então, não vou aceitar
819aqui dentro que pessoas possam sugerir a má-compreensão dos processos do
820Conama e se na ata da transcrição tem falando novos, então, por favor, leiam toda
821a transcrição antes de fazer afirmações nesse Plenário. Então, de qualquer

822maneira se há uma solicitação de deixar claro isso na ata, nós vamos deixar, mas
823que foi falado e foi falado, e está nos autos, e o que vale é isso aqui, porque é com
824isso aqui que me defendo, que eu defendo o Conama, a mim não, o Conama,
825como presidente do Conama, contra inclusive ações judiciais, das decisões que os
826senhores tomam em plenário e quem defende é a Presidente do Conama. Então,
827volto a palavra a você, conte todo o processo que aconteceu aqui dentro e depois
828eu vou fazer o esclarecimento aqui sobre o processo político do licenciamento
829ambiental no Brasil, que eu acho bom as pessoas observarem também no debate.
830Está bom? Obrigado.

831

832

833**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Não tenho mais nada, é
834isso mesmo, foi o que ocorreu, é isso. Estava novos desde o primeiro e foi votado
835por nós todos aqui regime de urgência sobre regularização e novos. *(Palmas!)*.

836

837

838**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
839**Ambiente)** – Obrigada Patrícia. Eu vou devolver a palavra ao Secretário-Executivo
840do Ministério que está conduzindo a reunião e obviamente tem um pedido aqui de
841votação de vista, segundo o Regimento como está em regime de urgência, tem
842que ser votado pelo Plenário. Então, vamos cumprir a regra do Conama, nós
843vamos submeter a votação do Plenário, aqueles que são a favor do pedido de
844vista, por favor, se manifestem e depois nós vamos aqueles que são contrários ao
845pedido de vistas, e aqueles que vão se abster. Então, por gentileza, quem é a
846favor de acatar o pedido de vistas de retirar da pauta, não só o critério, retirar a
847votação da Resolução que nós estamos analisando. A favor de aceitar o pedido de
848vistas. Eu peço que levantem para fazermos a contagem. Quantos são? 11. É
849isso? 11. Quem é contra o pedido de vista? 48. Quem se abstém, por gentileza?
850Uma abstenção. É isso? Levanta, quem se abstém, por gentileza, levanta sem
851decapitar a cabeça. Tira assim. Então, três abstenções, quatro abstenções; quem
852mais que eu não estou vendo? Quem, por favor, eu vou novamente; as pessoas
853que se abstém da votação? 4. São 4 pessoas? Então, nós tivemos onze a favor do
854pedido de vista; quatro que se abstém e 48 que rejeitam o pedido de vista da
855Resolução. Está rejeitada, com base no regimento do Conama, o pedido de vista.
856Tendo em vista isso Chico, passamos, então, a votação. É isso? Antes de passar
857a votação, eu vou aqui me desculpar, porque cheguei atrasada, mas cheguei
858atrasada por conta da Marcha das Margaridas, em Brasília está completamente
859fechado o trânsito e eu estive ontem na abertura da Marcha das Margaridas, que
860aqueles que não se recordam, foram as ruas, em 2011, defender o Código
861Florestal Brasileiro. Então, resalto aqui a importância do Movimento
862Socioambiental das Margaridas da Agricultura Familiar e foram elas junto com
863outros agentes da Agricultura Familiar que apoiaram a área ambiental na defesa
864da preservação das APP e da reserva legal no Código Florestal Brasileiro. Então,
865por essa razão também tive que me atrasar, porque ontem tive que receber e nós
866passamos a tarde toda negociando com eles, com os movimentos socioambientais
867a regulamentação da nova Lei de Acesso a Recursos Genéticos. Então, eu peço

868desculpas, porque eu não pude está aqui no início da reunião, mas consegui vir e
869não vou interromper a reunião, só vou fazer uma pequena apreciação aqui do
870ponto de vista da questão de licenciamento. Está na mídia brasileira uma
871discussão com o Congresso Nacional e veio uma pauta do Senado Federal
872sugerindo como temas estratégicos, dentro de uma agenda política que busca a
873estabilidade política desse país, um debate a respeito do licenciamento ambiental.
874Aliás, têm duas coisas especificamente, a questão do licenciamento ambiental e a
875questão que envolve um mecanismo que eu não tenho clareza, porque isso não
876foi discutido com o Ministério do Meio Ambiente, vem do Congresso Nacional, o
877mecanismo é de fastrack para o licenciamento ambiental, de um procedimento ágil
878para o licenciamento ambiental. E além de ter uma terceira questão envolvendo
879algo, pelo que eu li nos jornais, a respeito das terras indígenas, investimento,
880enfim, coisas que vão acontecer em terras indígenas. Eu estou colocando essa
881questões, porque também a Abema, cadê o Eugênio? Eu não sei se ele saiu do
882Plenário nesse momento. A Abema conduziu a meu pedido, por decisão desse
883Conselho, um debate sobre licenciamento ambiental, modernização do
884licenciamento ambiental, visa visto a Lei Complementar 140 aprovada e que
885estabelece não só na questão do licenciamento, as gestões, os procedimentos, as
886novas competências associados a regulamentação do art. 23 da Constituição
887Federal, que trata das competências concorrentes em gestão ambiental nesse
888país. Então, observem que nós temos três novas situações; primeiro uma Lei
889Complementar que define o novo escopo em relação a questão do licenciamento,
890competências, tentando acabar ou minimizar os conflitos entre os entes da
891federação e o seu papel no licenciamento ambiental. A segunda questão diz
892respeito a própria regulamentação dessa lei, um Decreto presidencial, que
893cumprindo o que a lei estabelece define tipologias que ficariam a cargos da União.
894E esse processo também foi discutido neste Conselho, este Conselho destacou
895uma pessoa, foi o Dr. Caron, para ser o representante do Conselho no debate, na
896Comissão Tripartite Federal, isso foi estabelecido, voltou para esse Conselho;
897essa Comissão encaminhou uma proposta para a Presidente da República, na Lei
898Complementar é ato discricionário da Presidente do Executivo Federal definir
899como que isso aconteceria. Isso foi feito um debate com os Ministérios, enfim, e
900saiu um Decreto Federal dizendo as tipologias, ou seja, circunscrevendo ainda
901mais as competências do Ibama, vou nominar para as pessoas entenderem.
902Terceiro aspecto, de acordo com a Lei, Dr. Mauro, me corrija e a CTAJ, o
903licenciamento ambiental, o Conama é o órgão que tem a competência de definir
904regras gerais de licenciamento ambiental para os órgãos estaduais e municipais.
905Por esta razão, em 2011 nós fizemos portarias ministeriais mudando os
906procedimentos de licenciamento federal do Ibama. Todo mundo sabe disso, isso
907aqui veio para essa Plenária, as pessoas foram informadas, coisas foram
908apresentadas e etc. etc. Pela Lei Complementar 140 a competência de
909licenciamento ambiental de aeroportos regionais é dos Estados ou eventualmente
910Municipal se os Estados, seguindo a Lei Complementar 140, estabelecerem
911regras no âmbito dos seus Conselhos Estaduais dizendo da descentralização do
912licenciamento ambiental dos seus Estados, não estou falando de
913desconcentração, passar para unidades regionais do órgão estadual, eu estou

914falando de descentralização. A ANAMMA junto com a Abema estão lá
915conversando e dizendo como eles querem fazer daqui para frente esse
916procedimento, não é isso que o representante da ANAMMA falou aqui e o
917representante da Abema também. Ou seja, está havendo um grande esforço dos
918órgãos ambientais, do Sistema Nacional de Meio Ambiente de uniformizar o
919entendimento comum sobre licenciamento, procedimentos, rotinas e como avaliar
920na discricionariedade do órgão ambiental licenciador os melhores critérios que nós
921podemos adotar para dá uma linha geral de entendimento. É isso? É isso. Muito
922bem, este Conselho, para aqueles novos que não estavam aqui no passado,
923debateu tudo isso, sabe disso, foi informado, aliás, o Conselheiro Caron voltou e
924fez o relato sobre as questões da Tripartite Nacional e etc. e etc. Muito bem,
925quando começou o ano de 2015, a Ministra de Meio Ambiente recebeu no seu
926Gabinete o Ministro Eliseu Padilha trazendo-o para o novo Programa de
927Investimento do Governo Brasileiro e aeroportos regionais, e trazendo uma
928avaliação crítica sobre a capacidade de respostas dos órgãos ambientais
929licenciadores em relação a demanda de investimentos, inclusive no que diz
930respeito a segurança, em algumas situações segurança aérea. Junto com o
931Ministro, eu também tive conversas envolvendo os chamados aeroportos militares.
932Lembro aos senhores que muitos dos aeroportos regionais existentes não têm
933licenciamento ambiental, são anteriores a Lei 6938 e a regulamentação do
934licenciamento ambiental no Brasil. Como muitas rodovias, como portos e que este
935mesmo Conselho já se debruçou sobre debate de regularização de passivos
936ambientais. Lembro aos senhores, aqueles que insistem em eventualmente em
937desconhecer, que tem portarias e decretos editados, por exemplo, para recuperar
938o passivo ambiental das rodovias federais e os investimentos não são pequenos
939para fazer isso, mas ao mesmo tempo tem investimentos, programas de
940investimento em novas rodovias federais e uma coisa dialoga com a outra, há uma
941compatibilização de prazos, de medidas, de investimentos e esse trabalho foi feito
942no Governo Federal e espera-se que os Governos Estaduais, nas suas malhas
943estaduais, governos de minas, por exemplo, tem a maior malha, a maior malha
944rodoviária federal é em minas e tem uma das maiores malhas estaduais. Quais
945são os programas de regularização, eventualmente, de passivos ambientais
946associados aos Estados? Isso esse Conselho devia estar discutindo, este
947Conselho não é um Conselho que dá norma até a nona casa decimal, porque eu
948tenho que respeitar a adicionalidade e o entendimento do órgão licenciador
949estadual, porque as situações que estão no banhado do Rio Grande do Sul não
950são as mesmas situações que eu encontro nos brejos de Minas Gerais. Essa é a
951diferença de quem faz licenciamento, eu já fiz licenciamento na vida, eu sei qual é
952a dificuldade e a complexidade de um analista ambiental querendo dar a solução,
953e não podendo dar a solução, porque tem uma regra que é geral e não se aplica
954ao Estado dele. Eu posso contar aqui o velho caso do Conama, não foi na minha
955época, da famosa Resolução que era proibido morrer no Estado no Município de
956São Paulo, porque o Conama tomou a decisão, na nona casa decimal, de que
957onde tivesse reserva hídrica não podia construir cemitério, pegou um Município
958que tinha tudo; o Prefeito decretou que ninguém morria mais, se vocês querem
959expor o Conama a isso não contem comigo, porque custeio muito para defender

960este Conselho dentro do Congresso Nacional quando o Congresso queria tirar as
961competências deliberativas do Conselho Nacional de Meio Ambiente na Lei
962Complementar 140. Eu estou falando alguma inverdade, Dr. Caron, que me
963ajudou a defender isso dentro do Congresso e passou uma Lei Complementar,
964que não se mexeu nas competências deliberativas desse Conselho, para isso o
965Conama tem que apresentar resultados. Quando eu assumi este Conselho, este
966Conama votava, cadê o Francisco? Votava só moção; esse Conselho aqui quando
967eu assumi votava só moção e ainda saiu com uma greve, na hora que teve uma
968rebelião aqui; a Lisiane não deve se lembrar, ela não estava aqui ainda,
969simplesmente os Conselheiros se retiraram do Plenário. Vocês sabem como isso é
970trabalhado politicamente? Então, o Conama assumiu uma pauta de licenciamento,
971de resolver Resoluções, de tentar resolver os passivos, não dá para levar três
972anos, quatro anos para votar uma Resolução, senhores, vocês me desculpem,
973mas não dá, sob pena do assunto, então, não vota no Conama, vota no
974Congresso, é o mesmo processo do Código Florestal. Eu vou deixar claro aqui
975para todo mundo que o Ministério do Meio Ambiente levou dez anos para dar uma
976solução, não deu, o Congresso deu. Este Conselho, ao contrário, editou uma
977Resolução 303/2002 que foi o estopim da guerra declarada contra o Código
978Florestal. Eu estou falando alguma improbidade Dr. Eugênio? Não. Então, eu
979quero lembrar aos senhores que quando o Ministro me visitou, eu fiz uma reunião,
980eu chamei o Secretário de Estado do Meio Ambiente desse país inteiro em
981fevereiro deste ano e durante a manhã foi uma reunião minha com a Ministra Kátia
982Abreu discutindo o Cadastro Ambiental Rural e o Secretário de Agricultura. Na
983parte da tarde foi uma reunião com o Ministro Eliseu Padilha apresentando a todos
984os Secretários o Programa de Aviação de Controle Regional. Depois em março,
985atualizando os senhores, quem apresentou a proposta aqui fui eu e pedi o regime
986de urgência, e está aqui nos autos, está aqui tudo instrumentalizado falando,
987inclusive, dos novos aeroportos, aliás, falando principalmente dos novos
988aeroportos. Então, o primeiro esclarecimento que eu quero dar é que o
989encaminhamento do Conama para tratar de uma regularização ou de uma norma
990de normatização de licenciamento para os novos e para o Programa Nacional de
991Aviação Regional, que trata regularização de passivos, que trata de ampliação e
992que trata de novos aeroportos. Segunda questão importante para as ONGs em
993particular, quem licencia isso são os Estados, por isso o Dr. Eugênio recepcionou
994com a Abema e foram debater o que os Estados estão fazendo hoje em relação
995ao licenciamento ambiental. Isso aqui reflete os critérios que os Estados adotam
996hoje no licenciamento ambiental dando uma linha comum de entendimento,
997evitando-se com isso que nós possamos ter conflitos entre Estados dentro do
998Sistema Nacional de Meio Ambiente. Aliás, ele fez isso aqui na apresentação dele,
999ele destacou que o que está colocado aqui não quer dizer que nós estamos
1000inventando a regra, nós estamos simplesmente uniformizando o que os órgãos
1001estaduais de meio ambiente do Brasil fazem com a sua autonomia legal de dar
1002licenciamento. Então, eu queria dar esses dois esclarecimentos, porque eu não
1003vou aqui dizer que critério A e B não se aplica, os órgãos estaduais fazem assim,
1004eu estou falando do ponto de vista de procedimento, de processo do Conama,
1005desculpe, processos do Conama, estou falando do plenário, desta casa. Agora se

1006existem Conselheiros que acham que os critérios são insuficientes proponham
1007destaques ou votem em relação aos critérios, se acha que a questão do que se
1008considera baixo impacto está insuficientemente ilustrado proponham isso, eu não
1009vou entrar no mérito da discussão no conteúdo técnico, não me cabe fazer isso, só
1010estou aqui fazendo uma fala de preservar o Conselho e os procedimentos que
1011esse Conselho adota. Então, não é correto, no meu ponto de vista, dizer que se
1012teve uma fala ou se a ata trata mal, corrige a ata, aliás, está aqui falando dos
1013novos, acabei de ler. Segundo o que vale é o que está aqui e o esclarecimento da
1014CTAJ, e os processos que foram colocados aqui dentro. Então, a minha
1015sugestão... Vou devolver a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério, que está
1016conduzindo a reunião. A minha sugestão é que tendo em vista a rejeição do
1017pedido de vistas, nós vamos votar a matéria, normalmente se faz como? Se vota o
1018texto na íntegra e depois vamos votar artigo a artigo os destaques e etc., e temos
1019os debates associados a isso, todos os debates, conteúdos e etc. e etc. até ter um
1020texto consenso ou aquilo de maioria, e que possa representar o entendimento de
1021quem vai aplicar a norma, que é o mais importante, porque se eu tiver um órgão
1022licenciador que não tenha condições de aplicar a norma, aí nós teremos
1023dificuldades em relação ao licenciamento, muita dificuldade em relação ao
1024licenciamento. O meu último comentário, eu não tenho e você vão me perguntar
1025sobre isso informações sobre o processo do Congresso Nacional, só estou
1026dizendo que teremos que nos preparar para o diálogo no Congresso Nacional em
1027relação a licenciamento ambiental e tem ainda uma iniciativa na Câmara dos
1028Deputados, conduzido pelo Presidente da Câmara de uma nova lei de
1029licenciamento ambiental. Então, tem dois processos e esses dois seriam
1030chamados, e eu pelo Ministério do Meio Ambiente sugeri que o Conama, por
1031intermédio de alguns conselheiros, esteja participando do debate, particularmente
1032os órgãos municipais e estaduais. Está bom? Vou chamar atenção, porque o
1033debate agora acontecerá no Congresso Nacional, pelo menos é o que os
1034processos políticos estão sinalizando, embora o Ministério do Meio Ambiente não
1035tenha sido consultado formalmente, é uma pauta que vem do Congresso. Eu
1036recebi apenas a visita do Deputado Tripoli, que é o relator na Câmara, de um ou
1037outro processo da Câmara, pedindo contribuições. Pedi aos órgãos estaduais que
1038fizessem as contribuições, estávamos discutindo, sabendo quais são as
1039contribuições que podemos encaminhar para um processo da Câmara. Agora tem
1040um processo no Senado, como isso vai se juntar e etc. vamos aguardar os
1041próximos capítulos, porque nem eu sei, eu vou ter que só está preparada para
1042poder chamar vocês e acho que o Conama deve ficar muito atento a esse debate.
1043Ok? Muito obrigada pela a tenção dos senhores e passo a palavra agora ao
1044Secretário-Executivo.

1045

1046

1047**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom,
1048pessoal, nós vamos, então, nesse primeiro momento votar o texto no seu conjunto
1049para depois analisarmos as emendas. Aqueles que estiveram a favor do texto
1050apresentado, por favor. Por favor, digo eu, é o processo consagrado aqui. O
1051processo que nós adotamos aqui para todas as Resoluções implica em votar o

1052 texto e depois votamos o ponto por ponto o que há de dúvida. Obrigado. Vamos,
1053 então, votar o texto no seu conjunto; os que estiverem a favor do texto no seu
1054 conjunto, por favor, ergam os seus crachás: 50. Os que forem contrários ao texto,
1055 por favor, ergam os seus crachás: 4. Os que são por abstenção, por favor, ergam
1056 os seus crachás: 3. 50, 4 e 3. Bom, então, vamos dar início as discussões das
1057 emendas, tais quais foram apresentadas. Bom, nós vamos, então, começar. Eu
1058 pediria para a Regina e para o Mauro... Regina, por favor.

1059

1060

1061 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
1062 **Ambiente)** – Só um esclarecimento aqui. O procedimento usual vota-se artigo a
1063 artigo, discute-se artigo a artigo. Então, se alguém tem alguma consideração em
1064 relação aos considerandos, ao art. 1º aí levanta, vai apresenta e discute-se se
1065 acata ou não acata. Está isso no Regimento, sempre foi assim, seja bem-vindo.

1066

1067

1068 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Está
1069 aprovado o texto-base. Vamos, então, começar o primeiro artigo. Art. 1º; alguma
1070 objeção em relação ao art. 1º? Vamos caminhando, então, art. 2º? Está aprovado
1071 o art. 1º. Art. 2º está aberto à discussão.

1072

1073

1074 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
1075 **Ambiente)** – É o seguinte, minha sugestão para facilitar a dinâmica em Plenário,
1076 por artigo quem quiser falar fica em pé ali para nós podermos chamar, porque
1077 senão fica aquela complicação. Muitos, normalmente os mais antigos sabem, que
1078 muita gente fica em pé a sessão inteira. Então, assim art. 2º, quem quiser falar,
1079 por favor, fique encostado ali para o Presidente poder enxergar e dar a palavra, e
1080 se identifique por conta do registro em ata.

1081

1082

1083 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Gov. Bahia)** – O inciso III, Presidente, que trata da
1084 definição de ampliação, a proposta é uma proposta geral da Abema para excluir o
1085 termo ou melhoria, ficar só: obra que tenha por objetivo o aumento da capacidade
1086 operacional do aeroporto. Por que isso? Porque essa melhoraria, às vezes, o
1087 cidadão vai fazer um concerto de telhado pode dar a impressão que precisa de
1088 licenciamento, vai fazer qualquer anexo de uma sala, ou alguma coisa no terminal
1089 de passageiros que não precisa de licenciamento e pode levar a essa
1090 interpretação. Então, só deixar a redação só: obra que tenha por objetivo o
1091 aumento da capacidade operacional do aeroporto. Essa é a proposta da Abema.

1092

1093

1094 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Algum
1095 comentário sobre essa proposta específica? Nós estamos no art. 2º.

1096

1097

1098 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy SOS Rio das**
1099 **Velhas)** – Art. 2º duas questões. Vou aproveitar a carona da Abema na ampliação.
1100 Eu acho que ela também tem que ter na definição aqui um limite, que essa
1101 ampliação não pode extrapolar os limites da capacidade definida no aeroporto,
1102 senão eu posso ter um aeroporto de 600 mil e de repente extrapolar ele para um
1103 milhão. Sim, mas estou dizendo que como aqui..., eu estou dizendo o seguinte, a
1104 norma, vamos dizer, eu estou entendendo e estou dizendo o seguinte, como ela
1105 não está aqui colocada, eu estou dizendo que ela não pode extrapolar o limite da
1106 capacidade do limitante do regional. Proposta de redação seria acrescentar que a
1107 ampliação não poderia extrapolar o limite estabelecido nos parâmetros do que é
1108 considerado aeroporto regional, senão estou dizendo. Essa é uma questão. Ok?

1109

1110

1111 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Enquanto
1112 nós continuamos pede o texto aí para colocarmos o texto no Plenário.

1113

1114

1115 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
1116 **Velhas)** – Eu queria só um esclarecimento também, porque esse conceito de
1117 aeroporto regional, eu quero só entender, porque realmente é uma coisa que eu
1118 não, evidentemente não sou obrigado a entender, mas acho que é importante. Por
1119 exemplo, se uma cidade na região metropolitana, porque se excluiu capital, tudo
1120 bem, mas vamos dizer que uma cidade de uma região metropolitana resolva fazer
1121 um aeroporto, esse aeroporto é considerado regional? Uma pergunta aqui porque
1122 eu realmente não entendo dessa forma. Então, queria um esclarecimento porque
1123 senão eu acho que tem que ter uma explicitação disso. Alguém pode esclarecer?

1124

1125

1126 **O SR. EDUARDO HENN BERNARDI (SAC)** – Só esclarecer, então, primeiro em
1127 relação à capacidade operacional do aeroporto, essa capacidade acaba sendo
1128 muito mais vinculada ao tamanho do terminal do que a pista em si do aeroporto.
1129 Então, não vejo como já tem a definição do que é o limite lá em cima do aeroporto,
1130 não vejo porque colocar mais isso nessa definição. E a segunda coisa, a questão
1131 de aeroportos regionais, o próprio nome diz regionais, eles têm o limite pelo PDAR
1132 que é o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, que é uma lei, que é
1133 aquela definição que está colocada na Resolução, ela é exatamente a mesma
1134 definição do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional e nesse Plano de
1135 Desenvolvimento da Aviação Regional está muito claro que aeroportos situados
1136 em regiões metropolitanas não são considerados aeroportos regionais, está no
1137 conceito do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional e não vejo porque
1138 colocar isso na Resolução.

1139

1140

1141 **A SRª. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Nessa mesma linha da alteração, ali eu
1142 gostaria que mantivesse obra ou melhoria com o objetivo de aumento de
1143 capacidade, ou que cause se alguma intervenção ambiental porque não podemos

1144pensar que a ampliação vai ser só em função dos passageiros, ou qualquer obra
1145que aumente os passageiros, não necessariamente vai afetar o ambiente e vice-
1146versa. Acho que a ampliação não só incidir sobre obra, mas também sobre
1147melhoria que pode afetar não só em função do aumento dos passageiros, mas
1148também, por exemplo, pode ser um restaurante, restaurante não afeta, mas vai
1149ser uma melhoria, um benefício que vai causar algum impacto que não estava
1150previsto na inicial.

1151

1152

1153**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Eu tenho um
1154esclarecimento nessa questão, que quando a CTAJ propôs a melhoria da redação
1155foi exatamente para afastar a subjetividade das coisas e trazer mais objetividade
1156para dentro do conceito de aeroportos regionais. O conceito de aeroportos
1157regionais na versão original, ela tratava de aeroportos que não afetem a região
1158metropolitana e não sejam servidos pela região metropolitana, alguma coisa nesse
1159sentido. Era completamente subjetivo. Então, o que agora nós temos um critério
1160objetivo é de porte, de movimentação de passageiros e é isso que define o
1161aeroporto regional, não vai ser o impacto de uma obra dentro do contexto do sítio
1162aeroportuário que vai fazer essa diferença, mas sim o contexto todo do projeto
1163governamental que tem início, meio e fim, diga-se. É possível que daqui há uns
1164tempos essa Resolução precise de uma nova Resolução para estabelecer um
1165novo programa de aviação, mas esse programa agora tem início, meio e fim o que
1166fizemos é trazer a objetividade para dentro dela em que passando a sua proposta
1167vai colocar de novo a subjetividade dentro, o que causa impacto ambiental, a obra
1168que causa impacto ambiental já toda balizada dentro da Resolução agora.

1169

1170

1171**O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Só a respeito dessa conceituação do
1172aeroporto regional, foi mencionado pela pessoa que falou antes aqui que alguma
1173Resolução ou Decreto, também mencionado que aeroporto regional em zona
1174metropolitana, em área metropolitana não é aeroporto regional, então,
1175automaticamente é área metropolitana não se poderia utilizar essa Resolução, o
1176que daria uma certa tranquilidade em relação àqueles impactos não tanto ao meio
1177ambiente natural, mas sim às pessoas, a população. Acontece o seguinte, que se
1178isso é verdade é importante que fique consignado dentro do conceito que está na
1179Resolução. Por que? Porque o conceito que está na Resolução, como dito no art.
11802º, no caput do at. 2º é para efeitos dessa Resolução. Então, para efeitos dessa
1181Resolução considera-se aeroporto regional, aeroporto com movimentação anual
1182de passageiros embarcados, desembarcados, inferior a, e aí vem, 800.000 numa
1183determinada região e 600.000. Não diz mais nada. Então, para fins dessa
1184Resolução, para quem interpretar essa Resolução ele vai entender que
1185independente de estar ou não em região metropolitana, independente de haver um
1186Decreto que diga que não existe aeroporto regional em área metropolitana, isso
1187não vai se aplicar para essa Resolução porque ela já definiu para os seus fins qual
1188é o seu conceito de aeroporto regional. Então, o objetivo do Conama aqui for no
1189sentido do que está a fala da pessoa me precedeu, que não está incluindo dentro

1190dos aeroportos regionais aqueles que se encontram em área metropolitana, isso
1191tem que estar especificado exatamente nesse art. 2º, nesse Inciso I porque esse é
1192o conceito que vai ser utilizado para essa Resolução. Obrigado.

1193

1194

1195**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Fábio, se
1196tiver uma proposta de redação.

1197

1198

1199**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Eu penso que
1200isso Gaetani, nem vai ser apresentado para a coisa porque o plano é legal, não é
1201por Decreto, o Plano de Aviação Regional é de lei, então, aqueles que já forem
1202abrangidos por região metropolitana nem vão ser apresentados para
1203licenciamento porque eles não estão dentro do programa, é só aeroportos
1204regionais que não contemplem região metropolitana. Então, eles nem vão ser
1205apresentado a licenciamento. A lei do Plano de Aviação Regional já diz que não
1206existe esse...

1207

1208**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Minha
1209sugestão, Fábio, é que você apresente uma redação que oportunamente nós
1210deliberamos.

1211

1212

1213**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
1214**Velhas)** – É o seguinte, senti falta também na questão da conceituação do que é
1215considerado área direta de influência do aeroporto e área indireta de influência do
1216aeroporto, porque isso diz de aspectos fundamentais do licenciamento, e não
1217estão postos no conceito, e que são fatos fundamentais para qualquer processo
1218de licenciamento. O que é uma área direta, o que é considerado área direta de
1219influência e o que é uma área indireta de influência.

1220

1221

1222**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
1223**Ambiente)** – Deixa-me fazer uma questão e ordem. Todo mundo que for
1224apresentar sugestões na fala, apresentem o texto, sentem ali e digitem, coloca
1225embaixo, o texto será discutido e votado. É assim o procedimento desse Plenário.
1226Então, faça a fala, entregue o texto para a moça que está redigindo, nós
1227projetamos. Então, é inclusão de conceitos de área direta e indireta, qual é o
1228conceito. Ou se os órgãos ambientais definirão especificamente o seus conceitos,
1229que é isso que é o procedimento de licenciamento. Meu caro. Seja bem-vindo.
1230Numa boa, sabe o que é? o seguinte, eu estou pedindo objetividade não pela
1231Resolução, eu estou pedindo objetividade para o Conama. Por favor, os órgãos
1232ambientais, eu peço aos órgãos ambientais licenciadores, quando falamos de área
1233de influência direta, área de influência indireta, dependendo do empreendimento é
1234de um jeito, dependendo do empreendimento é de outro. Se um bioma é de um

1235jeito, tem critérios que os órgãos adotam, engessar, presta atenção nisso,
1236engessar poderá levar a uma situação de não aplicação da norma.

1237

1238

1239**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**
1240**Velhas)** – Quando eu pedi, deixa-me fazer uma ressalva, quando eu pedi a
1241questão de pedido de vista, era exatamente para que nós tivéssemos tempo para
1242chegar. Agora, chegar numa plenária e fazer uma proposta...

1243

1244

1245**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
1246**Ambiente)** – Desculpa a discussão, está desde março a discussão nesse
1247plenário, nesse Conselho. Tem grupo de trabalho, tem Câmara... Só um
1248instantinho, agora, por favor. As pessoas participam nos grupo de trabalho, nas
1249Câmaras Técnicas antes da Plenária, todas as discussões aconteceram lá. Então,
1250aqui é o momento de deliberar, ou rejeita ou aprova, teve aprovação. Agora, como
1251é o procedimento? Apresenta um texto, se entendem que tem que ter conceito de
1252área direta e indireta, escrevam e vamos apreciar. É assim que funciona o
1253Conselho. Essa discussão técnica que o senhor está sugerindo aconteceu durante
1254os últimos 6 meses. Eu estou pedindo aqui, por favor, objetividade e não estou
1255preocupada com essa Resolução não, estou preocupada com o assunto que está
1256na pauta aqui que tem a ver com a Resolução do Conama com a ANP e o
1257problema que vem pela frente. Então, por favor, estamos falando de
1258procedimentos, e os órgãos ambientais licenciadores, eu peço, não só à Abema,
1259está o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, que digam, se manifestem aqui
1260porque eu não posso defender, não sou órgão licenciador estadual, nem federal.

1261

1262

1263**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do Meio**
1264**Ambiente)** – Queria fazer uma sugestão, nós aprovamos o texto base da
1265Resolução, há conhecidas 4 emendas que já foram apresentadas, emendas de
1266redação do próprio Ministério do Meio Ambiente e já estão anunciadas que foram
1267apresentadas 4 emendas. Então, o que nós temos de concreto são 4 emendas, já
1268proposta de emendas do art. 10 Inciso III, proposta de emenda do art. 14,
1269proposta de emenda ao art. 16 e teve a proposta de emenda, uma de São Paulo e
1270agora do Eugênio. Então se não tiver mais nenhuma emenda vai se restringir ao
1271contexto dessas emendas. Se alguém tem alguma emenda para apresentar não é
1272discussão, porque não é mais discussão de texto, nós aprovamos o texto. Se
1273alguém tem mais alguma emenda para se referir ao texto base que nós
1274discutimos, presente, o presidente dá aí um prazo para apresentar e nós vamos
1275discutir a emenda, porque emendas anunciadas até agora só tem essas. É isso
1276que queria propor.

1277

1278

1279**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só
1280reiterando a fala do Mauro, nós não temos problema nenhum em votar e discutir

1281as emendas, mas, por favor, se nós formos aqui abrir a discussão de cada texto,
1282sobre as opinião de cada um sobre que está escrito, nós vamos estar contribuindo
1283para a desmoralização desse plenário. Então, não vamos fazer isso. Então, vou
1284fazer o seguinte, são 11h45, eu vou encaminhar da seguinte maneira, nós vamos
1285votar a emendas que já existem e depois do almoço se tiverem emendas, tragam
1286as emendas para trabalharmos as novas emendas apresentadas. Ok? Aí dá um
1287tempo também para as pessoas objetivarem e especificarem. Fica uma coisa mais
1288razoável. Tranquilo. Então, vamos lá, as emendas que nós temos, Mauro, por
1289favor.

1290

1291

1292**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Primeiro do
1293Eugênio, Inciso III do art. 2º. A proposta é que haja a supressão da expressão ou
1294melhoria, ficaria então, o conceito de ampliação obra que tenha por objetivo o
1295aumento de capacidade popa há operacional do aeroporto. A emenda então é
1296supressiva da expressão ou melhoria.

1297

1298

1299**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
1300forem a favor de suprimir a melhoria, por favor, ergam seus crachás. Suprimida.
130137. Os que forem a favor da manutenção da melhoria, por favor, ergam seus
1302crachás. Então, suprimida, a melhoria. Próxima.

1303

1304

1305**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – A próxima
1306emenda é de São Paulo. Ao art. 6º.

1307

1308

1309**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Por favor,
1310São Paulo... Como? Vão ser mais três aqui. Não tinha redação, qual é a redação?
1311Pelo menos não vi redação. Essas foram as apresentadas agora? Vocês não
1312preferem um tempo para trabalhar melhor não? tudo bem, vamos lá. Peço um
1313momento então.

1314

1315

1316**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – A primeira
1317questão que eu acho que prejudicada na questão da obra ou melhoria que já traz
1318melhoria de novo. Então, a primeira proposta do Instituto Guaycui é obra... Eu já
1319entendi, vou ler aqui. Obra que tenha por objetivo o aumento da capacidade
1320operacional do aeroporto, não ultrapassando os limites do art. 1º. Essa é a
1321redação. Correção que os limites do aeroportos ou capacidades, portos, estão no
1322art. 2] e não no 1º.

1323

1324

1325 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal, 5
1326 de cada vez. Por favor. A proposta traduz o que vocês propuseram? Tem que ser
1327 escrito. É aquilo que vocês propuseram? Está bom.

1328

1329

1330 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – É o art. 2º que
1331 diz isso.

1332

1333

1334 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Como
1335 encaminhamos a votação?

1336

1337

1338 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – E penso o
1339 seguinte, eu acho que tem uma preliminar entre as duas propostas, se aprovar a
1340 proposta Guaycui fica prejudicada a segunda. Então, nós temos que aprovada
1341 uma fica prejudicada a outra, ou a outra. Então, quem apresentou primeiro vai ser
1342 essa, mas eu penso que a proposta Guaycui se aprovada prejudica a terceira, que
1343 vai ficar uma colcha de retalhos.

1344

1345

1346 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
1347 votar uma por uma e depois vemos como fica. Foi aprovada da Abema, vamos
1348 votar a proposta do Instituto Guaycui, redação do Inciso III. Ampliação obra que
1349 tem por objetivo aumento da capacidade operacional do aeroporto não
1350 ultrapassando os limites estabelecidos no Inciso I do art. 2º. Os que estiveram de
1351 favor da proposta, ergam seus crachás. 7. Os que são contrários à proposta do
1352 Guaycui, por favor, ergam seus crachás. 37. Perdão. Abstenções. 2. Rejeitada a
1353 proposta do Instituto Guaycui. Vamos para a proposta Mira Serra, de redação.
1354 Exclusivo à melhoraria, ampliação, obra que tenha por objetivo aumento da
1355 capacidade operacional do aeroporto ou que possam alterar as condições
1356 ambientais da licença anteriormente concedida. Os que forem a favor da proposta
1357 Mira Serra, por favor, ergam seus crachás. 7. Os que forem contrários, por favor,
1358 ergam os crachás. 38. Abstenções. Está rejeitada a proposta de Mira Serra.
1359 Vamos então voltar ao encaminhamento, votar as emendas já conhecidas e à
1360 tarde abrimos espaços para as novas emendas apresentadas formalmente. São
1361 Paulo, por favor.

1362

1363

1364 **SRª. CAROLINE MARQUES (São Paulo)** – Bom dia senhor Secretário,
1365 Presidente da CTAJ, Diretora do Conama, Conselheiros e Conselheiras. A
1366 proposta de São Paulo é um novo parágrafo, seria um § 3º ao art. 6º, o objetivo é
1367 contemplar as condicionantes sociais de maneira mais adequada no corpo do
1368 texto da Resolução. Então, nossa proposta é que seja incluído para os casos que
1369 acarretarem remanejamento de população, o enquadramento do empreendimento
1370 como de baixo potencial ambiental, ficará a cargo do órgão ambiental licenciador,

1371 desde que motivada a decisão. Assim, os Estados que não tiverem problema, para
1372 São Paulo isso é um caso muito sensível, nós temos várias ampliações que
1373 acarretam remanejamento de população, não conseguimos fazer isso, caracterizar
1374 isso, enquadrar como baixo impacto. Então, isso resolve o problema de São Paulo
1375 sem prejudicar os outros órgãos licenciadores que não teriam esse problema, que
1376 poderiam de forma justificada continuar com o procedimento de baixo impacto.
1377 Essa é a proposta do Estado de São Paulo.

1378

1379

1380 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Abema
1381 concorda. O Ministério também, parece que foi discutido, salvo engano, como o
1382 Ministério também e há um entendimento de receber, mas de qualquer forma
1383 a proposta vai à votação. Os que forem favor do acolhimento da proposta de
1384 emenda apresentada por São Paulo, ergam seus crachás. 42. Os que são
1385 contrários à proposta apresentada por São Paulo, por favor, ergam incisos
1386 crachás. Abstenções. Aprovada a proposta.

1387

1388 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Art. 10, a
1389 proposta de emendas no Inciso III onde se lê documentos e autorizações e
1390 outorgas legalmente exigíveis, conforme o caso por força de normas, federais,
1391 estaduais e municipais, leia-se documentos, autorizações e outorgas legalmente
1392 exigíveis conforme o caso, por força de normas federais, estaduais e municipais,
1393 circunscritas ao licenciamento ambiental. Conforme discutido isso na Comissão e
1394 nas preparatórias para que não houvesse um céu é o limite de exigências por
1395 parte dos órgãos licenciadores estaduais e municipais.

1396

1397

1398 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
1399 estiverem a favor da proposta lida pelo Doutor Mauro, por favor, ergam seus
1400 crachás. Pediria que as pessoas votassem, ou contra, ou a favor ou se
1401 abstenham. É importante. 55. Os que são contrários, por favor à proposta, por
1402 favor, ergam seus crachás. Abstenções. 2. 55 a 2.

1403

1404

1405 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Art. 14, onde
1406 se lê procedimento para o licenciamento ambiental de novos aeroportos regionais,
1407 considerados de baixo impacto ambiental, será simplificado conforme disposto no
1408 art. 7º ao 11, leia-se procedimento para o licenciamento de novos aeroportos
1409 regionais, considerados de baixo impacto, baixo potencial de impacto ambiental,
1410 poderá ser simplificado conforme o procedimento disposto nos art. 10 e 11. Há
1411 uma substituição da palavra será por poderá ser, e conforme o procedimento. E
1412 nos art. 7º a 11 para 10 a 11. Na verdade isso daí é porque os art. 8º e 9º falavam
1413 apenas de duas etapas de licenciamento, de instalação e operação quando novos
1414 aeroportos, que seria na fase de regularização, quando novos aeroportos
1415 necessitam também de uma terceira fase de licença prévia.

1416

1417

1418 **OS SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
1419 estiveram de favor da emendas, por favor, ergam seus crachás. 58. Os que são
1420 contrários, por favor, ergam os crachás. Abstenções. Aprovado.

1421

1422

1423 **OS SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Última emenda
1424 desse período é o Parágrafo Único do art. 16. Onde se lê a ampliação que trata o
1425 caput será objeto de autorização específica pelo órgão ambiental competente,
1426 leia-se: a ampliação de que trata o caput poderá ser objeto de autorização
1427 específica pelo órgão ambiental competente.

1428

1429

1430 **OS SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que
1431 estiveram a favor da emenda, por favor, ergam seus crachás.

1432

1433

1434 **OS SR. GERALDO VITOR DE ABREU (Governo do Estado de Minas Gerais)** –
1435 Esse poderá, se eu tiver com esse entendimento e for isso mesmo eu acho que
1436 não deveria porque isso remete a uma norma Estadual? O poderá remete a norma
1437 estadual. Bem, eu sinceramente eu acho que não deve ter o poderá, por uma
1438 razão muito simples, nos demais Estados nós não temos essa situação, mas em
1439 Minas Gerais nós temos as normas elaboradas pela Câmara Normativa, do
1440 Copam, não sei como são os outros Estados. Nós teríamos que rebater isso em
1441 todos os Estados, no caso de Minas Gerais fazer uma norma também dentro do
1442 conceito, nesse poderá. O poderá remete a uma norma estadual, correto? Eu teria
1443 que fazer a forma para normatizar essa norma.

1444

1445

1446 **OS SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Não remete, a
1447 norma se tivesse havido remissão no artigo a uma norma estadual, poderá ser
1448 feito a partir de uma determinação e norma estadual ou não, remeteria, mas o
1449 poderá é uma possibilidade dentro da discricionariedade, isso é da
1450 discricionariedade do órgão ambiental licenciador. Não puder como? De que forma
1451 não vai poder? Porque tem lei estadual dizendo que não pode?

1452

1453 **OS SR. GERALDO VITOR DE ABREU (Governo do Estado de Minas Gerais)** –
1454 Esclarecer. É porque Minas tem uma particularidade, o órgão ambiental
1455 licenciador de Minas Gerais é o Copam, não é o Estado, é o Conselho, logo eu
1456 precisaria ter uma deliberação do Conselho se eu tiver essa palavra poderá.

1457

1458

1459 **A SRª. ANA CRISTINA RANGEL HENNEY (IBAMA)** – Boa tarde. Só um
1460 esclarecimento, o poderá é porque no processo licenciamento da licença de
1461 operação você pode contemplar essa atividade dentro do processo, e quando

1462você não coloca o poderá e deverá, você não vai poder contemplar em um
1463processo único. É simplesmente por isso. E poderá é diferente.

1464

1465

1466**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
1467por favor, vamos fazer o seguinte, essa questão fica para a tarde, e vocês
1468esclareçam. A última coisa que gostaria de discutir aqui no Conama é esse tipo de
1469coisa, nós temos todos os filtros para chegar aqui para a decisão, não para esse
1470tipo de discussão. Então, essa vai ficar para depois almoço. Nós vamos suspender
1471os trabalhos agora e retornamos às 14h30. Peço encarecidamente, por favor, no
1472interesse da qualidade da Resolução, peço que as propostas apresentadas sejam
1473por escrito às 14h00 para a coordenação dos trabalhos, para a Ana e para a
1474Adriana. Nós retomamos às 14h30min. Obrigado.

1475

1476

1477(*Intervalo para almoço*).

1478

1479

1480**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Pessoal,
1481vamos lá. Fábio, primeira emenda apresentada pelo Fábio, do Ministério Público
1482Federal. Gente, eu prometo falar baixinho, pedi para diminuir a luz, aí todo mundo
1483pode dormir sossegado. Vamos começar pela que ficou, poderá, poderá ser.
1484Vamos lá. Mauro, vamos terminar o da manhã então.

1485

1486

1487**O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Desculpe. A
1488emenda é o Parágrafo Único do art. 16, onde se lê a ampliação de que trata o
1489caput será objeto de autorização específica pelo órgão ambiental competente,
1490leia-se: a ampliação de que trata o caput poderá ser objeto de autorização
1491específica pelo órgão ambiental competente. Andréia, quer explicar isso? Ana
1492Cristina.

1493

1494

1495**A SR^a. ANA CRISTINA RANGEL HENNEY (IBAMA)** – A questão do poderá é que
1496pode acontecer de pequenas modificações serem feitas no âmbito da
1497regularização, não necessitando de autorização. Em muitos casos específicos
1498essas ampliações elas são de pequena monta, sem impacto algum. Então, ela
1499pode ser feita no licenciamento. Na hora que eu coloco deverá significa dizer que
1500vou dar uma autorização para aquela ampliação e vou dar uma licença para
1501regularização e poderá os órgão ambientais poderão analisar no âmbito do
1502licenciamento da regularização ambiental.

1503

1504

1505**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Vamos
1506votar o texto apresentado. A ampliação de que trata o caput poderá ser objeto de
1507autorização específica pelo órgão ambiental competente. Aqueles que que

1508 estiverem a favor, por favor, ergam seus crachás. Da redação apresentada que
1509 acabei de ler. Parágrafo Único: a ampliação de que trata o caput poderá ser objeto
1510 de autorização específica pelo órgão ambiental competente. 50. Os que rejeitam
1511 essa redação, por favor, ergam seus crachás. Ronaldo, 1. 50 a 1. Abstenções? 3.
1512 Ok. Vamos em frente. Bom, temos uma emenda apresentada pelo Fábio, você
1513 gostaria...? Por favor.

1514

1515

15160 **SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Bom, a proposta de emenda é um
1517parágrafo que era um § 3º... A redação está ali para quem quiser ler? Está ali a
1518redação? É no § 3º, art. 6º que é o que fala do potencial, do baixo potencial de
1519impacto, que isso seria um § 4º que agora tem um § 3º. Então, o § 4º, mas a
1520redação é basicamente a seguinte: a presunção de baixo potencial de impacto
1521ambiental, objeto do presente artigo, poderá ser afastada pelo órgão licenciador
1522de forma fundamentada e em função das especificidades do aeroporto regional e
1523das peculiaridades locais. Isso aqui, p art. 6º é da ampliação e a art. 13 ele é da
1524construção de novos aeroportos. Então, no ar. 13 também haveria uma redação
1525no mesmo sentido, para que isso se aplique tanto para ampliação como para a
1526construção de novos aeroportos. Qual a razão desse parágrafo? O objetivo disso
1527é dar uma liberdade maior ao órgão licenciador para evitar a judicialização da
1528questão. Todo mundo sabe que o que menos se deseja no licenciamento é a
1529judicialização, que a judicialização sim que atrasa o processo de licenciamento.
1530Então, o art. 6º ele diz o seguinte: ele diz que a ampliação dos aeroportos
1531regionais é considerada de baixo potencial de impacto ambiental, desde que não
1532se enquadre nos dois incisos. Então, há uma presunção de que a construção de
1533aeroportos regionais é de baixo potencial de impacto ambiental, por isso tem um
1534procedimento de licenciamento simplificado desde que ela não se enquadre em
1535cinco hipóteses taxativas, 4 hipóteses já estavam na redação e uma quinta
1536hipótese foi trazida numa emendas que foi acolhida agora, que é a realocação de
1537populações, foi uma quinta hipótese que foi trazida aqui. Fora dessas cinco
1538hipóteses existe toda uma gama de possibilidades. Existe toda uma gama de
1539possibilidades, de imprevisíveis possibilidades em que pode ser que em um dado
1540licenciamento do aeroporto regional você não possa aplicar o entendimento de
1541baixo impacto, mas é uma hipótese de licenciamento que não se enquadra nessas
1542cinco possibilidades. Se enquadra numa sexta possibilidade que não se pensou
1543até agora, mas que surgiu no processo de licenciamento ou em decorrência de
1544uma especificidade local. Então, em um caso como esse o órgão ambiental estaria
1545amarrado pela Resolução e ele teria ainda que ainda que verificado que aquela
1546situação era uma situação de, digamos, significativo impacto ambiental ele teria
1547que adotar o procedimento simplificado, ele teria que considerar de baixo impacto,
1548porque ele teria que cumprir a Resolução. Poderia até ter demandado pelo
1549empreendedor caso não quisesse cumprir a Resolução, dizer: não, você aqui tem
1550que adotar o processo simplificado, porque aqui é baixo, há uma presunção de
1551que trata-se de baixo impacto porque essa hipótese não se adequa a nenhuma
1552das exceções previstas no art. 6º. Então, exatamente, mas evidente que se uma
1553situação é de significativo impacto na prática, na vida de realidade e a Resolução
1554não previu essa situação, o que vai acontecer? Isso vai chegar no Ministério
1555Público Federal, que vai terminar judicializando a questão, requerendo que o
1556órgão ambiental, na verdade, considere como significativo impacto, requerendo
1557que naquela hipótese haja o estudo para área ambiental, haja audiência pública.
1558Você vai ter, na verdade, um prejuízo para o processo de licenciamento. Então, o
1559que se quer com esse parágrafo é dar uma liberdade ao órgão ambiental para que
1560em uma dada situação, que não se enquadra nas cinco exceções, mas que o
1561órgão ambiental verificou um significativo impacto, que naquele caso ele possa

1562então afastar essa presunção de baixo impacto e adotar o procedimento
1563adequado, seja ele qual for. Tanto é imprevisível essa gama que está fora dessas
1564cinco hipóteses que hoje mesmo se não fosse a proposta de emenda que foi feita
1565aqui e aprovada, nós teríamos 4 hipóteses. Nós criamos uma quinta hipótese em
1566virtude de uma proposta de emenda que foi trazida agora, mas, dentro desse
1567mundo que existe aí imprevisível pode ter outros que nós não pensamos. Então,
1568nós temos que nos resguardar exatamente dando essa abertura, isso é uma
1569cláusula de abertura para o órgão licenciador. Ninguém está obrigando, está
1570fazendo uma faculdade para o órgão licenciador, e sem fugir desse regime que
1571está estatuído. Existe sim uma presunção, é de baixo impacto, mas o órgão
1572licenciador excepcionalmente, de acordo com a peculiaridade local, ou a
1573especificidade do aeroporto ele pode naquele caso adotar um outro licenciamento.
1574Eu esclareço que o art. 17 não resolve porque o art. 17 parte dessa mesma lógica
1575que estou adotando. O art. 17 ele diz que o termo de referência pode ser alterado,
1576o termo de referência padrão daqui pode ser alterado pelo órgão licenciador em
1577virtude de especificidades do aeroporto regional, das peculiaridades locais. Então,
1578o órgão licenciador pode alterar o termo de referência. Dentro dessa mesma lógica
1579é que nós estamos aqui falando e propondo essa emenda, e esse art. 17 não nos
1580serve, não é suficiente, por quê? Porque alterar um termo de referência não
1581significa mudar um processo de licenciamento, e se eu me deparar com uma
1582situação que não está dentro das cinco exceções e que foram de significativo
1583impacto ambiental, não basta para mim alterar o termo de referência, vou ter que
1584exigir um estudo que não está previsto na Resolução, que é um estudo de impacto
1585ambiental, eu vou ter que adotar etapas que não estão na Resolução, que é a
1586audiência pública. Então, o art. 17 não é suficiente. Então, esses é o fundamento e
1587somente em relação ao art. 13, o esclarecimento, em relação ao art. 13 eu
1588coloquei duas redações, em uma eu repito a mesma redação do § 3º do art. 6º
1589que é para ampliação, eu repito no art. 13 que é para instalação de novos
1590aeroportos. E uma redação alternativa para o art. 13 que é sem repetir a mesma
1591redação, eu no próprio caput do art. 13 vou fazer uma referência ao parágrafo que
1592vai ser 4º, § 4º do art. 6º. Então assim, só entender porque coloquei duas
1593redações, qualquer uma delas nós ficaríamos satisfeito se fosse aprovado.
1594Obrigado.

1595

1596

1597**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Alguém
1598deseja fazer algum comentário a respeito da proposta do Doutor Fábio? Lisiane?

1599

1600

1601**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Acho muito oportuna essa proposta do
1602Ministério Público Federal, porque inclusive vem ao encontro do que estava
1603conversando anteriormente em relação ao impacto, ao baixo potencial de impacto
1604de aeroportos. Que se nós formos comparar com a Resolução 01/86 onde os
1605aeroportos não estão colocados como baixo potencial, mesmo que naquelas
1606condicionantes que muito poucas e foram bem explicadas pelo Ministério Público
1607Federal que existem outras condições que podem sim ser consideradas de alto

1608 impacto ambiental. Então, eu gostaria de pedir que realmente nós
1609 concordássemos com a proposta do Ministério Público Federal.

1610

1611

1612 **A SR^a. ISAURA MARIA FERREIRA FREGA (INEARJ)** – Nós estamos
1613 entendendo que o art. 15 já contempla isso que ele diz, o licenciamento de novos
1614 aeroportos que se enquadrem em qualquer um dos incisos I, II, do art. 6º deverá
1615 seguir as normas de legislação. Nós já temos isso no órgão ambiental, nós já
1616 temos esse pressuposto no órgão ambiental. Se o RAS, quando nós pedimos um
1617 RAS, se o RAS definir que existe um impacto significativo, ele vai ter que ter as
1618 normas de impacto significativo. Nós vamos estar criando uma nova possibilidade.
1619 Eu acho que essa normativa é para simplificar, se o órgão ambiental entender que
1620 os estudos apresentados dão conta de um impacto muito maior do que o previsto
1621 nessa norma, nós temos todos os instrumentos dentro do órgão ambiental para
1622 lançar mão de até estudos complementares, até audiência pública porque o RAS
1623 têm reuniões públicas. Eu acho que juntar isso com... Passar essa proposta para o
1624 Estado decidir se é ou não, ele já tem, o problema é que eu acho que nós vamos
1625 estar trazendo uma insegurança jurídica na hora que fazemos uma norma que é
1626 para simplificar, e traz um artigo que de repente vai ficar na dúvida se é ou não e
1627 nossos técnicos vão ter que ficar tentando justificar se é ou não. Quem tem que
1628 justificar isso é o Relatório Ambiental Simplificado, ele tem que dizer se é ou não,
1629 para isso nós temos esse instrumento normatizado, o que deve conter um
1630 Relatório Ambiental simplificado, ele vai ter que dar conta disso. A minha questão
1631 é que quando você coloca isso você está trazendo para o órgão ambiental, eu
1632 acho que isso tem que ser levado para o estudo ambiental que está sendo feito.
1633 Entendeu a diferença?

1634

1635

1636 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Esse art. 15 ele não se aplica para essa
1637 hipótese que estou trazendo, porque esses art. 15 é exatamente para aquelas
1638 situações das cinco hipóteses, quer dizer o seguinte, o licenciamento dos novos
1639 aeroportos, que se enquadrem em qualquer um dos incisos I e II, do art. 6º, não
1640 estou falando dessa situação, estou falando exatamente da situação em que não
1641 se enquadra nos incisos I e II. Quando se enquadra no inciso I e II, a própria
1642 Resolução está dizendo, aqui não estamos falando de baixo impacto, potencial de
1643 impacto ambiental. Então, o art. 15 não é para a hipótese que estou trazendo, é
1644 para hipótese outra, porque aqui diz, o art. 15: o licenciamento de novos
1645 aeroportos que se enquadrem em qualquer um dos incisos I e II do art. 6, que são
1646 aquelas cinco hipóteses que eu falei, deverá seguir as normas das legislações
1647 vigentes, cabendo ao órgão ambiental competentes definir os riscos ambientais.
1648 Quanto a isso tudo tranquilo. Eu estou falando daquelas situações em que não se
1649 enquadra em um dos incisos do art. 6º, não se discursada, mas que o órgão
1650 ambiental verifica dentro da sua discricionariedade, ele verifica que essa situação
1651 aqui não é baixo impacto. O que eu faço aqui? Se não tiver aprovação essa
1652 cláusula de abertura para o órgão destinada ao Órgão Ambiental Estadual, ele
1653 simplesmente vai ter que dizer: não interessa, eu vou aplicar a Resolução porque

1654a Resolução não se adequou a nenhuma das cinco hipótese, então, é baixo
1655 impacto ambiental. Eu acho que não é, o nosso corpo técnico entende que não é
1656 baixo impacto, mas vamos fazer um procedimento simplificado e o que define o
1657 estudo é exatamente impacto, nós não esperamos vir um EIA para dizer que é
1658 significativo impacto, nós definimos previamente qual é o impacto para definir qual
1659 vai ser o estudo e qual vai ser o licenciamento. Você para definir se vai ter um
1660 procedimento simplificado, ou se vai ter um procedimento ordinário, você tem que
1661 definir de acordo o impacto. Se aquela atividade é uma atividade que, por
1662 exemplo, por lei se entende que é de significativo impacto ambiental, você vai
1663 exigir um EIA, se você entende que não é de significativo impacto, que existe um
1664 baixo impacto ambiental, você vai exigir um procedimento simplificado. E aqui o
1665 que mais me preocupa é que independente de um estudo vir a dizer aqui há
1666 significativo impacto ambiental, a Resolução já parte de uma presunção, a
1667 presunção é: salvo essas cinco hipóteses, aeroportos regionais é baixo impacto
1668 ambiental. Então, isso pode dar margem à judicialização, pode dar margem a um
1669 eventual empreendedor entender o seguinte, vocês não podem me exigir um
1670 procedimento que não seja simplificado, vocês não podem me exigir um EIA
1671 porque o meu aeroporto regional, o aeroporto regional que nós vamos construir
1672 não se enquadra em nenhuma dessas cinco hipóteses e vocês não têm cláusula
1673 de abertura aqui. Então, essa é a razão. E mais uma vez bem claro, esse art. 15
1674 não se não aplica para o que eu estou dizendo, eu estou dizendo as hipóteses que
1675 não se enquadram no inciso I e II.

1676

1677

1678 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Depois nós
1679 vamos voltar.

1680

1681

1682 **O SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – Houve um,
1683 digamos assim, um erro material aqui na elaboração dessa Resolução em que
1684 exatamente o que se quis dizer aqui no 15 é que eram as hipóteses que não se
1685 enquadram, daí a próxima emenda que nós vamos, que, na verdade, não é uma
1686 emenda, é só uma correção de redação, é como o art. 6º incisos I e II eles tratam
1687 de hipóteses negativas, que não se enquadram, acabou que o art. 15 se você ler,
1688 e você leu com muita precisão, se você ler como como está aqui não tem sentido,
1689 na verdade, porque se eles não se enquadram, se eles se enquadram nas
1690 hipóteses do art. 6º Incisos I e II, ele não precisariam de outros estudos, de
1691 definição de outros estudos são porque eles de baixo impacto ambiental. Então,
1692 aqui o 15 está faltando um não. Na hipótese que eles não se enquadram no I e II
1693 aí sim, eles precisam, os Órgãos Ambientais Estaduais definirão outros estudos.

1694

1695

1696 **O SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – Desculpe, eu tenho outra leitura. O art. 15
1697 diz assim... O art. 15 ele diz: o licenciamento de novos aeroportos que se
1698 enquadram nos incisos, o que é se enquadrar no inciso? Vamos para o inciso,

1699 vamos para o inciso, que não se localiza em zona de amortecimento, sim, que não
1700 implique em corte. Sim, sim. Entendi. Certo.

1701

1702

1703 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Temos
1704 consenso então? Podemos seguir em frente. Retirada a proposta então?

1705

1706

1707 **SR. FÁBIO NESI VENZON (MPF)** – *Eu não retiro a proposta. Ela dá lógica. Se*
1708 *vocês concordam comigo, então, não vejo motivo para retirar a proposta.*

1709

1710

1711 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Vamos
1712 apresentar a proposta então para a votação. Onde é que está a emenda, por
1713 favor? A presunção de baixo potencial de impacto ambiental, objeto do presente
1714 artigo, poderá ser afastada pelo órgão licenciador, de forma fundamentada em
1715 função das especificidades do aeroporto regional, das peculiaridades locais. Essa
1716 é a proposta apresentada pelo Fábio, que a princípio o Ministério não acolhe, que
1717 vai encaminhar no sentido contrário. Mas vamos votar então. Os que estão de
1718 acordo com a proposta apresentada pelo Procurador, por favor, ergam seus
1719 crachás. 12. Os que mantêm a redação original sem acolher a proposta
1720 apresentada: 43. Abstenções? Uma. Então, não foi acolhida a proposta de
1721 emenda apresentada pelo Fábio. Próxima proposta de emenda?

1722

1723

1724 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – É a 13. Na
1725 verdade o primeiro é o 13, onde se lê novos aeroportos regionais que não se
1726 enquadrem nas situações descritas nos Incisos I e II do art. 6º serão considerados
1727 como de baixo impacto ambiental. É a mesma situação agora exposta para o 15.
1728 Deve se excluir o não para que eles possam se enquadrar nas hipóteses dos
1729 Inciso I e II do art. 6º. Então, a proposta é pela exclusão da palavra não, do art. 13.

1730

1731

1732 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Alguém
1733 quer apresentar alguma argumentação? Perfeito. Então, os que estiverem a favor
1734 da emenda tal qual foi apresentada, por favor, ergam seus crachás. 49. Os que
1735 votam em sentido contrário? Pelas abstenções? Tem um contra. Vamos à próxima
1736 emenda.

1737

1738

1739 **SR. JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA (Conjur/MMA)** – O art. 15 já foi
1740 comentado aqui é pela inclusão do não, onde se lê o licenciamento dos novos
1741 aeroportos que se enquadrem em qualquer um dos Incisos I e II do art. 6º deverá
1742 seguir as normas e legislações vigentes, cabendo ao órgão ambiental competente
1743 definir o estudo, leia-se: o licenciamento dos novos aeroportos que não se
1744 enquadrem em qualquer um dos Incisos I e II do art. 6º deverá seguir as normas e

1745legislações vigente, cabendo ao órgão ambiental competente definir o estudo
1746ambiental.

1747

1748

1749**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Proposta
1750aqui pela inclusão do não. Aqueles que estiverem a favor da proposta, por favor,
1751ergam seus crachás. 55. Os que são contrários? Os que se abstêm? Tadeu, 1.
1752Aprovada a proposta. Bom, consideramos encerradas as votações que tratam
1753desse tema, vamos passar para o nosso próximo tema de pauta. Processo
175402000.001335/2015-65, Resolução 468/2015, *ad referendum*, Plenário que altera
1755a Resolução Conama que institui o calendário de Reuniões Ordinárias para o ano
1756de 2015. Proponente MMA, procedência, Gabinete da Ministra, que traz a reunião
1757dos dias 19 e 20 de agosto para 12 e 13 agosto de 2015. Não sei, acho que é pura
1758formalidade. Nós estamos... Posso considerar aprovada a Resolução? Aprovada
1759então. Pois não. Os anexo... Adriana, por favor, vem aqui e esclareça aqui a
1760Presidência dos Trabalhos. Vamos embora. Então, o calendário está aprovado.
1761Vamos em frente. Nós temos então agora uma moção, proposta de moção do
1762processo 02000.001032/2015-42, proposta de moção que solicita informações a
1763serem prestadas pelo Ministério de Minas e Energia sobre o Programa de Energia
1764no Brasil e suas diversas fontes de eólica, solar, hidrelétrica e nuclear. Proponente
1765Furpa. Por favor.

1766

1767

1768**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Pois bem, a proposta de
1769moção recomendando à Ministra do Meio Ambiente a solicitar ao Ministério de
1770Minas e Energia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Eletronuclear,
1771através da Coordenação do Ministério de Minas e Energia à apresentação do
1772Plano Nacional de Energia no Brasil incluindo suas diversas fontes como energia
1773eólica, hidrelétrica, energia nuclear e a implementação do Programa de Energia
1774Nuclear em Angra dos Reis, cujo o objetivo, no momento que o Brasil está
1775trabalhando no PPA, no Plano Plurianual do Governo Federal, de 2016 a 2019, é
1776importante que esse plenário tenha conhecimento do potencial de energia hoje e
1777dentro desses próximos 4 anos, uma vez que estamos sofrendo algumas crises de
1778energia no Brasil, em decorrência da crise hídrica. E essa crise hídrica, aquelas
1779propostas também de alteração e melhoria. Então, nesse sentido, nós do Conama
1780colocamos ao Secretário, que essa moção, ao Ministério de Minas e Energia numa
1781próxima Reunião Ordinária um espaço no setor de informação destacado para que
1782o Ministério de Minas e Energia venha aqui apresentar esse programa para todos
1783nós, uma vez que é importante para o Brasil no momento que está acontecendo
1784alguns apagões por crise hídrica no País.

1785

1786

1787**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Senhor
1788Francisco, se o senhor me permitir transformar essa moção em convites a várias
1789áreas do Ministério de Minas e Energia porque nós estamos falando aqui de várias
1790áreas diferentes e nós poderíamos fazer esse convite ao Ministério de Minas e

1791Energia para que fossem apresentadas as exposições aqui no Conama sobre
1792cada um dos temas.

1793

1794

1795**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – É isso que nós estamos
1796conversando com o representante do Ministério de Minas e Energia, que ele
1797coordena, ele coloca o teor e ele entra em contato com a Termoelétrica Nuclear,
1798que dentro da apresentação o espaço do planejamento seja feito em conjunto,
1799embora eles tenham os números também, mas seria importante para uma próxima
1800Reunião Ordinária do Conama.

1801

1802

1803**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Nós
1804transformar a moção em um convite e ver que seja de uma forma mais abrangente
1805possível para que todos os temas que o senhor menciona sejam contemplados.

1806

1807

1808**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Até porque no momento
1809que vocês estão vendo que o mundo todo está desativando, o próprio Obama
1810apresentou um programa, parece que para 2030, reduzir as questão das
1811termoelétricas porque é de alto custo e antiecológico. E o Brasil também caminha
1812porque nós temos potencial de energia eólica e energia solar, o Piauí tem dois
1813polos de energia eólica lá em plenas condições de funcionamento.

1814

1815

1816**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Muito
1817obrigado, senhor Francisco. Nós temos agora... Perdão, Ceicilene.

1818

1819

1820**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – O ministério se coloca à
1821disposição para fazer a apresentação do Plano Nacional de Energia, no entanto,
1822nós entendemos que não há necessidade de convidar a Eletronuclear e nem a
1823CNEM porque eles não são responsáveis pela política energética. Como o
1824Secretário bem sinalizou aqui, nós vamos trazer uma apresentação trazendo uma
1825abordagem de todas as fontes de energia incluindo a questão nuclear.

1826

1827

1828**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Ceicilene,
1829assim, a demanda do Francisco, vamos fazer a do plano geral, mas nós temos
1830espaços aqui, a ideia nossa, nós já fizemos isso, já esteve aqui o pessoal da
1831nuclear, já esteve aqui o pessoal, o Tomasquin veio aqui uma vez, o Zimmerman
1832veio aqui, o Rubem veio aqui, vamos organizar a programação de modo que ao
1833longo do tempo essas curiosidades... A sequência conversamos depois, mas eu
1834acho que não há necessidade de você dizer vocês não entendem, porque se
1835vocês entenderem que não é necessário que venha alguém, nós vamos
1836encaminhar no sentido da moção ser aprovada pelo Conama para o pessoal vir.

1837Vocês podem ou não atender ao convite, mas eu acho que não cabe, não fica
1838bem colocar dessa forma.

1839

1840

1841**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – De repente eu me
1842expressei errado, Secretário, nós estamos à disposição, a questão é nós fazemos
1843a apresentação do Plano Nacional para ter uma abordagem mais marco depois
1844podemos ir no detalhamento.

1845

1846

1847**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Perfeito.
1848Então está ótimo. Obrigado

1849

1850

1851**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Secretário, eu não vou
1852dizer unanimidade, mas se a moção considerada aprovada, eu considero que o
1853convite seja feito porque a Ministra é que vai fazer o encaminhamento. Nós
1854estamos colocando a moção para a Ministra e então a Ministra encontra a maneira
1855de convocar os setores. Então, a Ministra que está sendo, a Ministra pode fazer
1856em forma de convite ou dizer que seja apresentado como ela desejar.

1857

1858

1859**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Senhor
1860Francisco, pelo seguinte, a exemplo do que ocorre no Congresso, no Ministério
1861nós entendemos que a discussão desses assuntos é de interesse de nós todos, e
1862que é de bom tom que seja feito um convite para que as pessoas possam vir no
1863contexto voluntário, deliberado, de forma tranquila. A moção introduz uma certa
1864pressão. Acho que não é o caso.

1865

1866

1867**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O senhor sabe que o
1868Regimento do Conama é uma dos instrumentos que os Conselheiros têm às vezes
1869para solicitar alguma coisa. É um instrumento de solicitação.

1870

1871

1872**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – De novo
1873vou colocar, se for necessário nós votamos se é moção ou se é convite.

1874

1875

1876**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – É lógico que estamos
1877solicitando à Ministra, a Ministra é quem vai fazer o encaminhamento à área
1878competente.

1879

1880

1881**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Senhor
1882Francisco, se o senhor desejar votar a moção, nós votamos a moção, eu estou

1883pedindo ao senhor autorização para transformar a moção em um convite. Se o
1884senhor disser não, nós votamos a moção. O que o senhor prefere?

1885

1886

1887**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu admito que não existe
1888nenhuma pessoa aqui contrária a esse convite, que é através de moção, porque
1889todos têm interesse. Eu acho que não existe nenhuma pessoa aqui contrária esse
1890convite através de uma moção. Por que não? por que é uma vontade do Plenário.
1891Entenderam? Eu acho que o senhor pode colocar um convite através de uma
1892moção apresentada pelo Conselheiro, feito à Ministra, a Ministra é quem vai
1893solicitar. Só isso.

1894

1895

1896**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Vamos
1897fazer o seguinte então, nós vamos melhorar a redação da moção para que a
1898moção comece nos seguintes termos: o Ministério do Meio Ambiente convida e tal.
1899Então, vamos colocar essa moção em votação. Está bem assim?

1900

1901

1902(*Palmas!*)

1903

1904

1905**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Alguém
1906contrário a essa moção? Vamos para a tribuna livre, então. Nós temos inscritos
1907Eugênio, Fábio, João Soares, Lisiane, Marcelo, Ronaldo Vasconcelos, Paulo
1908Roberto, Rogério Menezes, Francisco Soares. Eu pediria só que todos fossem o
1909mais objetivos possível porque temos uma série de informes importantes hoje para
1910serem apresentados. Tadeu também. Para serem apresentados aos Conselheiros.
1911Então, vamos começar, Eugênio, por favor. Não? começamos bem. Fábio também
1912não? Gente, o almoço... João Soares, por favor.

1913

1914

1915**O SR. JOÃO SOARES DA COSTA VIEIRA (CNCG)** – Uma boa tarde a todos.
1916Bem rápido, eu queria apenas socializar aos Conselheiros que a Comissão do
1917Meio Ambiente da Câmara dos Deputados acaba de aprovar e está indo para
1918plenário o projeto para um Decreto Legislativo suspendendo a Resolução 457 aqui
1919que nós arduamente trabalhamos e votamos por unanimidade. A 457 é que fala da
1920guarda provisória de animais silvestres. E o que nos chama a atenção é que ela
1921que foi votada com objeto de que essa Resolução ela oficializa o tráfico de
1922animais silvestres aqui no Brasil. Então, ela passou com essa tarja. Então, eu
1923gostaria só de lembrar aqui aos membros do Conselho que essa Resolução entrou
1924em discussão por quase ou mais que 2 anos, passou pela Câmara Temática de
1925Assuntos Jurídicos, teve a votação unânime aqui, o Procurador-Geral da
1926República fez um parecer numa representação que foi até aquela instituição,
1927negando a inconstitucionalidade dessa Resolução perante a lei 9.605, porque a
1928justificativa desse Decreto é de que essa Resolução é contrária à Lei 9.605 que

1929 trata de crimes ambientais. Então, só gostaria de trazer, socializar essa
1930 informação e só lembrando que a exemplo, no Estado de São Paulo a média de
1931 apreensão de animais silvestres é 30.000 por ano, então, não vai ser a
1932 inconstitucionalidade dessa Resolução que vai resolver um problema crônico, de
1933 locais adequados para recepção desses animais. Então, conto com a colaboração
1934 de todos, quem tiver amizade com nossos nobres Deputados, de poder estar
1935 levando a eles que essa Resolução ela não oficializa o tráfico de animais, pelo
1936 contrário, ela vem a contribuir com a fiscalização ambiental de todo o Brasil.
1937 Obrigado.

1938

1939

1940 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Obrigado
1941 pelo alerta, João, é uma boa sinalização dos tempos que estão por vir nos próximos
1942 anos. Lisiane.

1943

1944

1945 **A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Minha fala é complementação do colega
1946 anterior, que nós trabalhamos bastante e intensamente nessa Resolução 457, que
1947 eu já me referi anteriormente nessa plenária, e eu queria também colocar que está
1948 cada vez mais escassos os motivos para desejar um bom dia ou uma boa tarde
1949 para quem atua na área ambiental. Nós temos, além dessa tentativa novamente
1950 de sustar a 457, que não é a primeira vez, em 2013 o próprio Ministério nos levou
1951 até o Congresso para explicar para esses mesmos legisladores que estão
1952 novamente tentando revogá-la, também nós temos agora crescentes notícias ruins
1953 em relação à fauna, principalmente de grande porte. Em termos mundiais o Brasil
1954 agora entra para essa lista também, que continuamos colocando na lista de
1955 animais já decretados como ameaçados de extinção. O Brasil agora também entra
1956 nessa lista, atualmente agora nesse anos mais uma espécie de grandes porte está
1957 decretada como extinta, não é nem ameaçada, já está extinta. Paralelo a isso,
1958 nesse cenário bastante perturbador, pode-se dizer até desmantelamento da
1959 proteção ambiental, nós temos no Rio Grande do Sul, o Rio Grande do Sul não
1960 posso deixar de trazer aqui no Conama em respeito aos meus representados da
1961 Região Sul, a tentativa através do Projeto de Lei 300, desse agora de 07 de
1962 agosto, para extinção da Fundação Zoobotânica, uma entidade, uma instituição de
1963 renome não só local, estadual, mas também federal e até mundial pelos seus
1964 pesquisadores. Então, essa fala é para conclamar que todos aqui que possam
1965 querer saber mais sobre o assunto e se peticionar, tem uma petição online que
1966 está tramitando, só digitar ali petição FZB, de Fundação Zoobotânica para assinar
1967 a petição. Já são inúmeras entidades e instituições, fora as pessoas que estão
1968 assinando essa petição para que não seja destinada a Fundação Zoobotânica, que
1969 inclusive ela produz, ela tem serpentário que produz soros antiofídicos, que não
1970 existem essas serpentes mais acima do Rio Grande do Sul. Então, é um trabalho
1971 muito importante, um acervo enorme que eles têm, deu mais 10 páginas, cerca de
1972 10 páginas os produtos elaborados pela Fundação Zoobotânica. Então, é uma
1973 entidade de renome que não pode ser extinta e nem os funcionários demitidos,
1974 que todos são especialistas de renome, que também não podem ficar à margem.

1975Então, meu pedido aqui é basicamente para que quem puder colaborar só
1976assinando essa petição que está Petição FZB, na Internet, que o faça para
1977tentarmos barrar essa tentativa, que tem outras maneiras, no caso de extinção
1978não vai resolver o problema. Obrigado.

1979

1980

1981**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – São dois assuntos. O
1982primeiro eu tenho aqui, já usei essa tribuna para tratar do alerta da questão da
1983crise hídrica que estamos passando no Estado e lamentavelmente a situação se
1984agrava a cada momento, não somente pela situação hídrica em si, a expectativa
1985do agravamento da crise energética decorrente, mas também em razão da ausência
1986de iniciativa daqueles programas e planos que objetivam um enfrentamento,
1987promover o enfrentamento dessa crise através de investimentos da proteção dos
1988mananciais como os reflorestamentos. Nos últimos 6 meses 3 viveiros só na
1989região Vale do Paraíba encerraram as suas atividades. O setor do silvicultura com
1990nativas está às minguas. Então, eu coloco aqui como um alerta para os senhores
1991Secretários Municipais e Estaduais, aqueles gestores públicos de que é
1992necessário repensar de forma urgente, um choque gestão para promover
1993definitivamente o segmento de silvicultura com essências nativas porque faz parte
1994de todo e qualquer plano de enfrentamento para proteção dos mananciais
1995hídricos, e o que acontece de fato é que esse setor não tem encontrado o apoio
1996do Estado, não tem encontrado o apoio para que se desenvolva, acompanhe e
1997possa oferecer, enfim, o produto essencial que são as mudas para que se
1998realizem efetivamente o programas de restauração e proteção das nascentes. O
1999segundo assunto é um manifesto que já está circulando hoje, um manifesto
2000público sobre a Agenda Brasil, sobre o pacote de medidas legislativas em
2001negociação que faz somente aprofundar os retrocessos nas questão
2002socioambientais e colocarão o País ainda mais na contramão das resposta que
2003exige a crise climática. E ainda mais, ignorando de forma surpreendente e
2004inaceitável esse momento de crise hídrica e energética. Esse manifesto foi
2005apresentado por várias ONGs, WWF, SOS Mata Atlântica, está aberta para outras
2006instituições participarem desse movimento porque mais uma vez estamos diante
2007de propostas que representarão o inaceitável retrocesso nas questões
2008socioambientais no País. Obrigado.

2009

2010

2011**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Marcelo,
2012por gentileza, em relação ao primeiro assunto, se você tiver contato com o pessoal
2013das entidades de mudas, se for possível nós temos interesse de ter uma conversa
2014o mais brevemente possível porque é surpreendente que no momento que estão
2015se abrindo uma série de oportunidades relacionadas a reflorestamento e
2016restauração, recomposição e regeneração nós estejamos vendo isso. Há inclusive
2017uma preocupação com o gargalo, que vão faltar mudas. Então assim, se for
2018possível eu peço para você nos colocar em contato com o pessoal desse setor,
2019você por favor, agende com minha chefe de gabinete para a partir do dia 20, até
2020dia 20 estamos por conta da Chancelar, mas a partir daí, se for possível, pode

2021ligar para minha chefia de gabinete e agende seu nome para uma reunião com o
2022pessoal.

2023

2024

2025**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP) –** Perfeito. Agradeço.

2026

2027

2028**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra) –** Boa tarde a
2029todas e a todos. Eu vou falar da datas natalícias, mas sem festas. Eu queria
2030lembrar aqui em 2011 quando o Conama comemorou 30 anos nós da Ponto Terra
2031realizamos em Belo Horizonte, que é a nossa sede, um ciclo de palestras, um
2032seminário, um curso, sei lá qual o nome mais apropriado, para tratar dos 30 anos
2033do Conama, mas não com comemoração etílica, mas sim com uma comemoração
2034de trabalho, realizamos no CREA, que é o Conselho Regional de Engenharia e
2035Agronomia de Minas Gerais, com diversos engenheiros e engenheiros ambientais
2036e outras profissões presentes, levando informação sobre o trabalho do Conama, e
2037naquela oportunidade, 30 anos do Conama nós tivemos a oportunidade de
2038receber lá o Doutor Francisco Gaetani que fez, pasmem os senhores e senhoras,
2039uma bela de uma palestra, uma bela de uma apresentação. Queria dizer que este
2040ano a nossa ONG Ponto Terra, com todas as dificuldades financeiras, de
2041sobrevivência, mas funcionando de fato e de direito em um dos bairros mais
2042importantes da cidade de Belo Horizonte, que é o Bairro de Lourdes, com duas
2043salas e um edifício, com todas as lutas, sobrevivendo há 15 anos, nós recebemos
2044uma homenagem da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a homenagem foi
2045aprovada por 41 vereadores. Eu não vou comemorar bem, que eu também sei
2046como funciona essas coisas, eu fui vereador, deputado estadual, deputado federal
2047e as coisas acontecem, às vezes, na coletividade não pensante que vota de
2048acordo com a sua postura física naquele momento, mas de qualquer maneira
2049recebemos a homenagem pelos 15 anos da Ponto Terra na Câmara Municipal de
2050Belo Horizonte. E agora queria refletir com os senhores e senhoras, compartilhar,
2051a Resolução 001/1986, que, na verdade, foi discutida em 85, votada em janeiro de
205286 e publicada em fevereiro de 86, comemora, agora nós vamos comemorar 30
2053anos dessa Resolução tão importante que é a Resolução Conama 001/1986, que
2054trata exatamente daquilo que conversamos um pouco aqui hoje da questão do
2055licenciamento ambiental em caso de impactos ambientais e efetivos impactos
2056ambientais. Importante Resolução então essa 001/986. Eu sei que outros setores
2057estão discutindo essa questão, mas nós da Ponto Terra vamos ousar a discuti-la
2058também no auditório de uma universidade grande, de engenharia, para que as
2059pessoas se conscientizem dessa questão. O Estado de Minas Gerais já foi
2060convidado, foi convidado o Ex-Ministro, o Ex-Secretário de Estado José Carlos
2061Carvalho, que é uma pessoa que muita gente conhece e admira. O José Cláudio
2062Junqueira que é professor, membro desse Conama também já foi convidado e
2063outras pessoas também, Doutor Francisco, o senhor que é a figura maior do
2064Ministério aqui, ontem entregamos de maneira a protocolar, que nós sabemos
2065como funciona a coisa pública, um convite para que o Ministério se faça presente.
2066Então, como o senhor foi lá para comemorar os 25 anos do Conama, queria o que

2067senhor ou alguém fosse indicado para participar dos 30 anos da Resolução
2068Conama 001/1986, quiçá, façam uma palestra tão boa quanto a sua. Obrigado.

2069

2070

2071**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Obrigado,
2072Ronaldo pelas gentis palavras. Paulo Roberto, SBPC.

2073

2074

2075**O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Bom, assim, eu estou aqui na
2076tribuna mais para falar sobre um seminário que ocorreu agora de manhã no INPE,
2077exatamente no CCST, O CCST é um Centro Ciências do Sistema Terrestre, onde
2078você reúne um grupo tremendamente multidisciplinar, não só em TI, computação
2079de alto desempenho, mas também pesquisadores e investigadores da área de
2080geociências e das biociências, para tentar entender melhor esses temas terrestres
2081na forma como eles estão se comportando. Eu não diria modelar, mas
2082compreender melhor, eu acho que é melhor isso, nós sermos mais modernos,
2083modestos em termos da modelagem e tentar saber um pouco mais sobre o que
2084está acontecendo com a nossa terra. O seminário chamou Desflorestamento da
2085Amazônia, Protagonismos e Desafios, esse seminário ele tentou reunir o que se
2086tem hoje de estado da arte em termos de monitoramento da Amazônia por satélite
2087e, digamos assim, humildemente verificar que os nossos pontos e objetivos, os
2088objetivos estão sendo talvez muito modestos, e parece que a última proposta
2089nossa é ter desmatamento no Bioma Amazônia a nível zero em 2030, ou seja, nós
2090não estamos percebendo assim, mudanças suficientes nos próximo 3 ou 4 anos
2091para nós podermos atingir essa meta de uma maneira mais rápida. Nós tratamos
2092também um pouco do futuro dos procedimentos e os alunos praticamente são
2093alunos de Doutorado e Pós-Doutorado, então, procuramos encaminhar que as
2094teses e os assuntos sejam dirigidos para esse tipo de abordagem, para esse tipo
2095de fumante. Me parece que seria interessante, isso foi uma mensagem que o
2096Carlos Nobre deixou comigo, o Carlos Nobre é o diretor desse Centro em São
2097José dos Campos, sobre a possibilidade de trazer um informe especial sobre esse
2098assunto, trazer aqui para o Conama de tal forma que os Conselheiros soubessem
2099e com sua experiência eventualmente colaborasse para aprimorar método e
2100sermos mais eficientes nesse futuro que se aproxima. Obrigado.

2101

2102

2103**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Paulo,
2104antecipo que o INPE é um grande parceiro do Ministério, é uma parceria histórica,
2105responde pela credibilidade dos dados de desmatamento. Vamos organizar uma
2106moção/convite para o pessoal do INPE dar um pulo aqui. Vamos ver. O Perón
2107ainda está lá? Ainda. Porque mudou o Governo, provável. Então, fico feliz que ele
2108permanece. Eu vou contata-lo e vemos. Uma das próximas reuniões ele possa
2109trazer uma informação não só do ponto de vista de conteúdo substantivo, como
2110também do ponto de vista dos aspectos metodológicos que estão sendo
2111permanentemente criticados na mídia, é uma oportunidade do INPE, que é o
2112órgão oficial do Governo prestar os esclarecimentos necessários para que as

2113 pessoas tenham tranquilidade em relação à credibilidade dos nossos dados. Muito
2114 obrigado pela abertura. Rogério. Cadê o Rogério? Francisco Soares.

2115

2116

2117 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Só quero dizer ao
2118 Secretário, solicitar que ele convoque, determine a convocação de todos os
2119 membros das Câmara Técnica, uma vez que foram trocados novos
2120 representantes, para que ela se reúna e comece a planejar uma agenda de
2121 serviços, até porque muitas das demandas já se encontram lá e outras
2122 apareceram no Planejamento. E outra coisa, só ratificar aquilo que falei de manhã,
2123 a Ministra estava presente, é a respeito do Regimento Interno e um grupo de
2124 trabalho jurídico junto ao Ministério para ver como conciliar a legislação que trata
2125 sobre o Conselho de Recursos Hídricos e Conselho de Meio Ambiente para haver
2126 essa unificação dessas políticas. E na área de recursos hídricos nós precisamos
2127 fazer alguma coisa porque apareceram coisas novas que não estavam previstas
2128 no Regimento. Só isso. Muito obrigado.

2129

2130

2131 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Obrigado,
2132 Francisco. Vamos dar início aos nossos informes, o pessoal da ANP, salvo
2133 engano... Tadeu, esqueci, tinha anotado, passou batido.

2134

2135

2136 **SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Essa lista do tribuna livre
2137 era para ter sido elaborada ontem na reunião preparatória. Bem Secretário, o
2138 Francisco Soares é o nosso Conselheiro da bancada ambientalista que mais fala
2139 sobre moções, tanto é que a Ministra hoje de manhã mencionou o nome dele,
2140 porque quando ela disse que quando entrou como Ministra ou como Secretária
2141 Executiva havia só moções aqui. Eu acho que foi isso que ela quis dizer.
2142 Realmente a questão das moções tirou um pouco do espaço da Sociedade Civil
2143 se manifestar aqui na tribuna do Conama, é através das moções que os conflitos
2144 socioambientais de cada região são expressados aos Conselheiros, ao Ministério
2145 do Meio Ambiente. E a forma como foi alterado o Regimento, isso impediu que as
2146 entidades ambientalistas ou qualquer entidade do Conama apresente uma moção,
2147 seja ela de apoio ou de contestação. Então, é um documento democrático e que
2148 expressa essa atual política do atual Governo, do Dialoga Brasil, que vem
2149 encontro do Dialoga Brasil, nós assistimos lá no auditório da Funarte, quem
2150 participava do Interconselhos. Por outro lado, Francisco, a Ministra hoje falou
2151 sobre a questão do licenciamento ambiental, que o Congresso Nacional está
2152 tomando a iniciativa de rever essa questão do licenciamento ambiental no País.
2153 Nós estamos aqui desde 2009 batendo nessa mesma tecla, que é preciso
2154 rediscutir o licenciamento ambiental, principalmente para empreendimentos de
2155 grande impacto. É sabido de que hoje o EIA/RIMA é um documento
2156 mercantilizado, só falta abrir a porta de comércio para vender EIA/RIMA, que
2157 audiências públicas são verdadeiros teatros, peças montadas pelo órgão
2158 ambiental, seja ele Municipal, Estadual ou Federal. E a questão ambiental no País,
2159 a questão dos impacto ambientais, da degradação ambiental aumenta a cada dia,
2160 mesmo com toda nossa legislação a questão ambiental, o prejuízo ambiental que
2161 não é só ambiental, é econômico, o meu rio aonde eu moro o Rio Aranguá, ele
2162 não tem apenas, nós estamos até tentando mostrar para as autoridades que o Rio
2163 Aranguá não é apenas uma questão ambiental pela poluição do carvão, é
2164 econômica e social também. Então, tem que ter esse viés de que o prejuízo
2165 ambiental é econômico, é social também. Concluindo, eu provoço aqui um
2166 reflexão ao Conama porque estou percebendo de que está havendo uma
2167 tendência ao esvaziamento, se não fosse a aviação civil apresentar essa proposta
2168 dos aeroportos regionais, do qual participei desde a primeira reunião do Cipam e
2169 acho que contribuí bastante, não ficou como era para ser porque eu achava tinha
2170 que ser aeroportos e não ter esta classificação de aeroportos regionais. Se fosse
2171 definida uma Resolução para aeroportos como é para portos, ferrovias e rodovias,
2172 aí a categorização de grande impacto e baixo impacto seria mais fácil lidar, porque
2173 eu mesmo participando de todas as reuniões fiquei e confuso. E concordo
2174 plenamente com a posição do Doutor Venzon, quando fez, infelizmente não foi
2175 aprovada, mas era cabível. Finalizando, nós vamos protocolar hoje, amanhã, uma
2176 proposta que já entregamos para a Doutora Ana Lucia Dolabela, a proposta de
2177 que o Ministério estude uma Resolução sobre a questão das emissões de CO2
2178 que não existe normatização no País. Isso é um absurdo, não tem sentido isso, a
2179 Jorge Lacerda é a maior usina termoeletrica da América Latina e quem controla as
2180 emissões de CO2 é a próprio usina. Por que? Porque não existe uma norma, não
2181 existe uma norma para emissão de CO2. E isso vale para todas as termoeletricas

2182do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e todas as termoelétricas a gás do País,
2183que são quase 800, parece. Outra proposta que nós apresentamos, Doutor
2184Francisco, é para que o Ministério, o Conama, a Zilda tem conhecimento disso, da
2185intensificação do debate sobre a logística reversa, o lixo nesse País só vai acabar
2186o dia que a educação ambiental chegar a seu objetivo, mas isso vai demorar,
2187porque o nosso País é o País do futebol e do carnaval, todo mundo joga lixo no
2188chão. Então, se não houver uma intensificação do debate sobre logística reversa
2189as prefeituras vão pedir prorrogação de prazo para os aterros sanitários e é
2190preciso então um incentivo para as empresas privadas ou cooperativadas com
2191exceção de impostos, porque eles estão fazendo um grande favor em retirar o lixo
2192da natureza, ainda tem que pagar impostos. Então, essa é uma proposta, uma
2193provocação, vai ser protocolado amanhã em nome da ministra Izabella, que vai
2194ser repassada para a Doutora Ana Lúcia e para a Doutora Zilda, de forma a
2195estudar essa questão do CO2 e dos resíduos sólidos, principalmente da logística
2196reversa. Obrigado.

2197

2198

2199**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Obrigado,
2200Tadeu. Antes que me esqueça, queria me desculpar a todos os representantes de
2201grupos temáticos que se reuniram ontem, infelizmente eu estou totalmente
2202absorvido pela visita de Chanceler, não pude participar das reuniões, em especial
2203da Sociedade Civil. Espero que não aconteça de novo na próxima reunião, vamos
2204dar início aos informes, começando da ANP, em função do pessoal ter problema
2205de voos no final do dia.

2206

2207

2208O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL (ANP) – Boa tarde a todos.
2209Obrigado Secretário, obrigado ao pessoal do Conama, é uma oportunidade
2210estarmos aqui para apresentarmos e partilharmos com vocês um problema, que
2211embora hoje esteja no colo da ANP, mas não necessariamente um problema
2212nosso. Queria agradecer a oportunidade e também a gentileza de antecipar a
2213pauta, estamos com problema de voo, temos que voltar para a Rio, agradeço a
2214gentileza da antecipação da pauta. A nossa discussão aqui é sobre a Resolução
2215Conama, pode passar, só para contextualizar rapidamente a ANP. Aí as funções
2216da ANP, eu vou pular porque acho que todo mundo conhece. Eu sou o
2217Superintendente de Abastecimento e a nossa superintendência é responsável pela
2218autorização e regulamentação daqueles 114.000 agentes ali descritos, é mais ou
2219menos hoje o universo regulado por nós, que vai das distribuidoras de combustível
2220ao posto de gasolina, incluindo aí as revendas de GLP e também os lubrificantes,
2221produtores de lubrificantes, nós eu fazemos as estatísticas de coleta, enfim, e etc.
2222Essa é a superintendência de abastecimento. O motivo, eu vou ter que sair um
2223pouquinho da tribuna para visualizar a apresentação. O motivo da nossa presença
2224aqui é o seguinte, quando advento da Resolução 273/2000, que estabeleceu a
2225necessidade de licenciamento prévio para os postos de combustíveis, nós
2226havíamos acabados de publicar a nossa portaria 116 que regulamenta a
2227autorização de postos de combustíveis ou revenda de combustível para vocês o
2228popular posto de combustível. Essa Resolução embora falasse sobre a
2229necessidade de cumprir os requisitos ambientais e a norma ABNT específica
2230sobre o assunto, ela não havia a obrigatoriedade de licenciamento prévio para
2231postos, nem o auto de vistoria do corpo do bombeiro está atrelado ao
2232licenciamento prévio. Ato contínuo logo em seguida o Conama lança a Resolução
2233273/200 e traz essa necessidade específica estabelecendo um cronograma.
2234Desde então nós fomos trabalhando e trabalhando com órgãos ambientais, com
2235os órgão estaduais e municipais oficiando, para que pudéssemos ter esse
2236licenciamento. Eu acho que a Resolução quando saiu deu uma fase de transição,
2237acontece que esse licenciamento na sua maioria, por inércia dos postos, ou por
2238dificuldade dos órgãos ele não foi feito na sua plenitude e ficou aí um grande
2239passivo de postos não licenciados. Em 2008 e a partir de então os Ministério
2240Públicos tanto Federais como estaduais começaram a questionar a agência pela
2241necessidade de cobrança do licenciamento prévio para autorização de novos
2242postos. Nós fizemos uma pequena alteração em 2008, já permitindo uma redação
2243genérica, e em 2012, por uma provocação do Ministério Público e uma consulta à
2244nossa Procuradoria, nós nesse parecer da Procuradoria diz que em que pese não
2245estar expressamente previsto na nossa norma, nós teríamos que em função da
2246Resolução exigir esse licenciamento prévio. Então, a partir de 2012 nós passamos
2247a exigir para todos as novos revendas entrantes o licenciamento prévio, mas ficou
2248para traz um passivo daqueles postos que foram autorizados anterior à 116,
2249anterior a Resolução Conama 273, e anterior a 2008. Em 2012 nós fizemos a
2250atualização da nossa Resolução, atualizamos o marco regulatório e trazendo essa
2251necessidade de forma clara e precisa. Ao fazermos isso criamos um problema,
2252porque a nossa norma era de vigência e aplicação imediata e aí precisávamos
2253tratar do todo aquele passivo. Em discussão até com provocação da revendas e

2254da Federação dos Postos nós fizemos, a Diretoria com o auxílio da nossa
2255Procuradoria, fizemos uma alteração de Resolução e concedemos para que fosse
2256tratado o problema e pudesse discutir uma solução, fizemos um prazo, demos um
2257prazo para cobrança desse licenciamento até de um ano, para que fosse criada
2258uma solução que foi a Resolução 57 esse prazo vence agora em outubro de 2014.
2259Desde então nós vimos fazendo ofícios. Aí é um pequeno quadro que eu vou
2260depois deixar disponibilizado a vocês, mas que tem os postos autorizados sobre a
2261vigência de 116 e os postos autorizados após 2008 quando nós cobramos, e aí
2262vocês podem olhar Estado por Estado o buraco que tem mais ou menos em
2263termos de Estado por falta de licenciamento. Esse não é um número preciso, é um
2264número aproximado, há casos que estão aí, mas a variação deve ser pouca, mas
2265você tem o Acre com 93% dos postos não licenciados, ao Tocantins com 88, e
2266dentro daí os diversos Estados. São Paulo acho que é um Estado que anoto esse
2267problema porque cerca de 3 ou 4 anos atrás São Paulo fez um grande programa
2268de licenciamento de postos, fez uma força tarefa, fez um programa específico e
2269conseguiu licenciar a maioria dos postos, pode olhar que o saldo residual de São
2270Paulo é extremamente, é bastante pequeno comparado com outros Estados. Aí é
2271mais um quadro que também é um levantamento a partir dos problemas das
2272nossas discussões com a Federação da Postos que congrega os 22 ou 24
2273sindicatos de representantes dos empresários da revenda de combustível o, e um
2274levantamento também que eles fizeram a partir dos contatos e seus sindicatos. E
2275também o quadro que mostra um pouco a variação, e eles ali fizeram uma
2276informação um pouco mais precisa, posto com licença e posto sem licenciamento,
2277mas no total se esse número estiver correto, porque ele também é uma estimativa,
2278nós teríamos ali 25.000 postos hoje com licenciamento num universo de 40.000
2279revendas de combustíveis autorizadas pela ANP. Ou seja, em torno de trinta e
2280poucos por cento, quase 40% não tem o licenciamento ambiental. Bom, feito isso,
2281a ANP preocupada com o problema, porque nós temos por imposição legal ao
2282fiscalizar interditar o posto, ou seja, fechar aquela revenda, nós tomamos uma
2283série de medidas que foi buscar a cooperação e interferência dos órgãos
2284ambientais que têm a competência originária para a Resolução do problema,
2285oficiamos as 27 Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, os 27 corpos de
2286bombeiro, 19 órgão ambientais, oficiamos o Ministério do Meio Ambiente através
2287da Ministra Izabella, oficiamos o Ministério de Minas e Energia e até por isso nós
2288viemos aqui para trazer o problema, debater um pouco com vocês e aqui ver com
2289vocês como nós saímos desse impasse. 20 de outubro vence o prazo, a nossa
2290fiscalização ao ir para a rua precisa interditar esse posto, no universo de 40%
2291significa que temos aí uma possível possibilidade de desabastecimento se formos
2292fechar todos os postos de gasolina que não têm licenciamento prévio. Eu estive
2293com o Secretário Eugênio que preside as Abema há cerca de 1 mês atrás, fizemos
2294um debate a convite do sindicato de postos do Distrito Federal, o Eugênio
2295participou dessa discussão, deu o exemplo da Bahia, do licenciamento
2296simplificado que ele fez lá. Enfim, tem uma série de medidas. Nós tratamos isso,
2297eu estive em algumas Secretarias, em Recife a Secretaria do Meio Ambiente
2298Municipal, não sei se está aqui, mas eles estão tentando fazer um termo de
2299cooperação lá, uma espécie de termo de ajuste de conduta, o Rio de Janeiro está

2300fazendo um esforço grande de fazer uma força tarefa para tentar até o dia 20
2301através dos sindicatos um termo de cooperação onde prevê uma transição e faz
2302uma análise, e busca ver qual é a situação de cada posto e dentro desses eles
2303assinam os termos de cooperação através de seus sindicatos, de forma que
2304tenhamos uma fase de transição e que possamos passar pelo problema sem ter
2305que fechar essas revendas. Enfim, nós temos aí dentro uma série de casos, têm
2306postos que estão com os documentos protocolados, que apenas precisam da
2307tramitação processual, têm postos que precisam intervenções que tenham algum
2308tipo de tratamento ambiental que deverá ser necessário e têm postos que não vai
2309ter jeito, esses vão fechar mesmo, talvez nunca se adeque. Mas é preciso que se
2310trate o problema. Então, em função disso que nós acionamos através do Ministério
2311de Minas e Energia para que fizesse essa discussão com vocês, trouxesse o
2312problema para o âmbito do Conama e dos órgãos ambientais que é quem têm a
2313competência, porque a ANP embora tenha a obrigação de exige o licenciamento,
2314ela não tem a competência para emitir o licenciamento, ela não tem a competência
2315para resolver o problema. Esse é um problema que só se resolve através do órgão
2316de competência original. Agora, nós agora por imposição e até por uma
2317provocação, e até um acompanhamento do Ministério Público Federal e também
2318por uma imposição legal, teremos que fazer a exigência. Em outubro, ao sairmos
2319para a rua para a fiscalização nós teremos que fechar os postos. Então, sei que
2320prazo não é um prazo muito grande, nós vimos tratando, discutindo, tentando
2321oficiar os órgãos para que fiquem atentos ao problema, nós temos N
2322características, N dificuldades, mas enfim, trouxemos o problema para vocês
2323como uma maneira de informe e trazer para tentar dentro do âmbito do Conama
2324ver formas de solucionar. Aí só os exemplos que nós trouxemos do modelo de
2325Recife que estava fazendo, o próximo é do Rio de Janeiro. Pode passar. Enfim,
2326muito rapidamente e de maneira muito sucinta era essa a informação que queria
2327trazer para vocês, trazer o problema, não temos a solução. Eu gostaria de com
2328vocês construir uma solução. A única certeza que temos é que infelizmente a ANP
2329não tem competência necessária para resolver o problema, ou seja, o problema
2330passa por uma ação e uma mobilização e o envolvimento de todos os órgão
2331ambientais com competência através de ou termo de ajuste de conduta ou termos
2332de compromisso, enfim, a ANP pode através de qualquer documento emitido pelo
2333órgão ambiental responsável que dê a possibilidade ou que permita o posto
2334funcionar provisoriamente mesmo sem o licenciamento prévio, nós aceitamos. Eu
2335brinco com a revenda e brinco com os empresários de postos, a ANP embora não
2336tenha competência para emitir, aceita até um pedaço de pão desde que venha
2337assinado pelo órgão competente, pela autoridade competente, dizendo que o
2338posto está apto a funcionar até que ele tenha o licenciamento definitivo, mas o que
2339não podemos fazer é o licenciamento, em outubro teremos que fechar uma série
2340de postos, podendo provocar uma situação de desabastecimento. E aí, em função
2341disso que trazemos o problema para vocês. Secretário, agradeço a oportunidade.
2342Ana Lúcia, agradeço a oportunidade e fico à disposição para esclarecimentos,
2343dúvidas, conversar com vocês. Enfim, obrigado, Secretário.

2344

2345

2346 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Obrigado,
2347 Aurélio. Antes do Eugênio se manifestar, eu queria dizer o seguinte, vou pedir ao
2348 Conama para disponibilizar os dados do Aurélio no nosso site. Esse assunto é
2349 muito importante, é uma janela de oportunidade, nós ficamos felizes de podermos
2350 estar cientes, e sermos objeto desse compartimento em circunstâncias tão
2351 generosas por parte da ANP. E é uma oportunidade para Estados e Municípios se
2352 manifestarem sobre um problema que vai sem dúvida impactar a sociedade.
2353
2354

2355 **SR. EUGÊNIO SPENGLER (Gov. Bahia)** – Bom, nós fizemos um levantamento
2356 preliminar antes de entrar na questão central aqui, embora ele não tem os dados
2357 de todos os Estados, e nós acertamos ontem na Abema que até o final de semana
2358 que vem os Estados passarão o quadro bastante real do que tem de passivo de
2359 licenciamento ambiental de postos de combustíveis em cada um dos Estados da
2360 Federação, e também uma descrição sucinta de qual é a estratégia adotada para
2361 ver se aceleramos e garantimos mínimo de qualidade nesse processo, quais são
2362 os procedimentos, enfim. Nós sabemos que têm inúmeros procedimentos e
2363 inúmeras formas de Estado a Estado com estratégias diferenciadas para atender.
2364 Nós temos Estados que têm 90% de postos que ainda não estão regularizados,
2365 nós temos Estados que têm em torno de 70%, 60% e têm Estados que
2366 praticamente se tiver passivo a culpa é do posto mesmo porque não deu entrada
2367 no processo e não regularizou, que tem metodologia. Nós calculamos assim, e aí
2368 todas a projeção que se faz sem os números objetivos e concretos ela pode estar
2369 equivocada, mas em uma projeção que fizemos de levantamento em terra, ou
2370 alguns dados que o pessoal do Ministério passou e tal, nós calculamos que temos
2371 um passivo em torno de 30 a 40% dos postos sem licenciamento. E o grande
2372 problemas desse passivo são dos postos antigos, e aí tem problemas mais sérios,
2373 às vezes o caso de contaminação. Mas assim, essa é a realidade. O que eu quero
2374 afirmar aqui é de que os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e os Órgão
2375 Municipais porque em alguns Estados houve descentralização para Municípios
2376 licenciarem esses empreendimentos, eles estão empenhados em atender e
2377 atender com qualidade o licenciamento ambiental, portanto, primeiro eu quero
2378 fazer uma ressalva aqui que não dá para jogar esse bagre no colo dos Órgãos
2379 Ambientais, não dá para jogar essa perereca de novo no colo dos órgãos
2380 ambientais como se o vilão desse problema fossem os órgãos ambientais e os
2381 órgãos licenciadores de meio ambiente. E nós não vamos admitir isso, que vamos
2382 abrir o jogo e vamos para o debate público se necessário for, porque a impressão
2383 que se está... O negócio está que se armando é que de o meio ambiente, meio
2384 ambiente não, há quanto tempo sabe-se que tem uma Resolução do Conama que
2385 diz que os postos têm que regularizados? E se não tiver ação do Ministério
2386 Público? Se não tiver uma ação organizada de fiscalização e mesmo assim eles
2387 não vêm para regularização? Eu vou lhe dizer o seguinte, o que eu posso dizer
2388 aqui pode ser usado e criticado, para alguns o bom é fechar mesmo porque eles
2389 reiteradamente descumprem a norma ambiental assim como as outras normas de
2390 segurança possivelmente. Eu acho ANP também tem que ser mais incisiva em
2391 relação à fiscalização de algumas questões para não vir sempre na reta final, no
2392 apagar das luzes do prazos dizer que o problema é meio ambiente. O problema
2393 não é meio ambiente, o problema é que os donos de postos, o problema é que o
2394 setor não se organizou porque a Resolução que trata disso não é de hoje, tem
2395 mais de 10 anos, tem quase 20 anos. A própria exigência da ANP foi prorrogada
2396 quantas vezes? Então assim, eu quero deixar claro aqui um pouco de indignação
2397 nossa, nós fizemos ontem uma reunião da Abema que foi um dos principais, se
2398 não foi o principal tema porque nós tivemos assuntos bastante estratégicos na
2399 nossa pauta, o mais longo, porque o que está se avizinhandando parece que a culpa
2400 de novo é meio ambiente, acontece um problema é meio ambiente, daqui há

2401 pouco somos culpados não sei por que. Então, primeiro uma indignação bem clara
2402 em relação a isso, nós não vamos admitir e nós não vamos assumir o pecha de
2403 culpados por esse problema. Primeiro ponto bem claro que eu quero deixar.
2404 Segundo ponto importante, tem um erro na Resolução da ANP porque ela coloca
2405 na última prorrogação LO e o Ministério Público, me parece que ela é derivada de
2406 um acordo com o Ministério Público de um TAC, vai cobrar LO, não vai cobrar
2407 qualquer pão velho amanhecido, e nenhum técnico, nenhum dirigente de meio
2408 ambiente vai colocar uma assinatura em algo mal feito para ele ser
2409 responsabilizado inclusive criminalmente por quem quer que seja, não é qualquer
2410 pedaço de pão que nós vamos aceitar, nós queremos qualidade porque
2411 licenciamento ambiental é um instrumento sério da Política de Meio Ambiente e
2412 nós estamos discutir índice aqui e quando discutimos simplificação não é sinônimo
2413 de fazer qualquer coisa, simplificação é deixar claras as coisas e como é que faz,
2414 e facilitar para as pessoas entenderem e se regularizarem ou cumprirem o que diz
2415 a legislação. Então, essa expressão qualquer pedaço de pão pode servir para
2416 ANP, para nós, nós queremos qualidade e vamos exigir qualidade. E, portanto,
2417 mesmo que alguns Estados, tipo o Rio de Janeiro, Maranhão, alguns estados
2418 apresentaram uma proposição de fazer mutirão, de agilizar algumas coisas, vai ter
2419 que ser com qualidade, não é qualquer papel, nós não vamos fazer isso porque
2420 nós não vamos trazer esse passivo para o nosso colo, em hipótese alguma, não
2421 vamos trazer isso, nós vamos exigir qualidade, vamos exigir compromisso e tal.
2422 Então assim, eu acho que ANP poderia em vez, eu acho que é bom que a ANP
2423 trouxe o debate para cá, eu participei com o senhor em um debate há 2 meses
2424 atrás de um encontro de sindicato de revendedores de combustíveis aqui no
2425 Distrito Federal, tenho mais 2 ou 3 Brasil afora para participar em setembro, não
2426 tem problema nenhum, nós gostamos do debate, só acho que esse debate chegou
2427 pelo menos uns 2 anos depois. Para definirmos uma estratégia com eficiência
2428 para adequar e atender 100% precisaríamos ter aberto esse debate em agosto de
2429 2013, pelo menos. É importante, Francisco, desculpe a indignação, de todos os
2430 Governos Estaduais em relação a isso. Eu participei de audiência com Presidenta
2431 da ANP e o meu governador a semana passada, e girou em torno disso embora
2432 na Bahia não tem é problema, está equacionado, eu não estou falando pela Bahia,
2433 pela Bahia eu estaria aqui rindo desse troço. Nós encontramos uma forma de
2434 equacionar, nós realmente se tem alguém que não está com licença é problema
2435 única e exclusivamente dele, não tem nada a ver com órgão ambiental. Então, 200
2436 Municípios licenciam, está equacionado, nós temos um procedimento expedito
2437 super simples de Estado, agora, eu estou representando aqui uma entidade que
2438 está indignada com a forma como essa pecha está vindo de novo para o nosso
2439 colo de forma irresponsável. Desculpe. De forma irresponsável. Então, essa é uma
2440 questão. Agora, o que tem de comprometimento aqui dos órgãos de meio
2441 ambiente estaduais é que nós vamos fazer todo o esforço possível, e nós
2442 queremos a parceria, queremos que ANP nos ajude nesse processo, todo o
2443 esforço possível para ver como nós vamos dar conta de atender a demanda de
2444 forma prioritária de regularização dos postos de combustível. Então assim, eu
2445 quero deixar um pouquinho isso, quando eu venho aqui em um Fórum desse que
2446 acabamos de discutir a Resolução de Licenciamento de Aeroportos Regionais, e

2447onde estamos discutindo o tempo todo, parece que tem um segmento que acha
2448que nós somos irresponsáveis e fizemos o nosso trabalho de qualquer jeito, ouvi
2449o que eu ouvi na sequência em relação a postos de combustível simplesmente me
2450dá, assim, é indignação total, é indignação. É o seguinte, o que estou fazendo
2451aqui? O que nós estamos fazendo aqui? Não dá para tratar dessa forma, me
2452desculpe o registro duro, duro, Regina, indignado, mas não é assim, aceitamos
2453qualquer pão? Pode aceitar, nós não, nós queremos qualidade, queremos que os
2454donos de postos assumam o compromisso em relação com os passivos de áreas
2455contaminadas, nós queremos que eles nos apresentem processos sérios para
2456podermos licenciar, e nós queremos que eles se responsabilizem, eles e os seus
2457técnicos contratados se responsabilizem porque são eles os responsáveis e não o
2458agente público responsável por dar, colocar um chamegão em um pedaço de
2459papel e dizer que o posto está regular. Não é. É o técnico responsável, é o dono
2460do posto, é a empresa dona de uma rede de postos que tem a responsabilidade e
2461que tem que ser responsabilizada se esse procedimento não for bem feito. É
2462fundamental que nós tenhamos claro esse processo e eu quero deixar aqui e até
2463pedir desculpas para os meus colegas pela forma dura, mas não dá para ficar de
2464novo ouvindo que o meio ambiente é culpado e por outro lado o outro setor, com
2465razão muitas vezes, questionar se nós somos idôneos ou inidôneos no
2466licenciamento ambiental ou se estamos brincando de fazer controle e só aceita a
2467pressão do capital. Obrigado.

2468

2469

2470(*Palmas!*).

2471

2472

2473**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Aurélio,
2474seja o mais breve possível porque essa é uma sessão de informes.

2475

2476

2477**O SR. AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL (ANP)** – Me desculpe, Secretário,
2478só pedi só para fazer o esclarecimento e queria deixar claro aqui, Eugênio, em
2479nenhum momento a nossa colocação foi no sentido de menosprezar, minimizar a
2480importância do licenciamento ambiental, foi apenas um exemplo de caracterizar a
2481responsabilidade do órgão ambiental para nós, porque nós embora tenhamos a
2482obrigação de cobrar, não temos em nenhum momento a competência de emitir o
2483documento. Não queremos menosprezar, não falei em nenhum momento aqui que
2484a responsabilidade é exclusiva dos órgãos ambientais, eu disse que era o
2485responsável por emitir o documento, não vim aqui polemizar, vim para partilhar um
2486problema e fazer um chamamento para que possamos resolver. Não foi
2487menosprezar, minimizar a importância, pelo contrário, foi ressaltar a importância.
2488As Resoluções da ANP são feitas de forma pública, com audiência pública, com
2489consulta pública, que ficam disponíveis no site, os órgão na maioria das vezes são
2490citados por ofício e convidados para participar. Então, não foi uma Resolução feita
2491fechada, à porta fechada, é uma Resolução debatida, em consulta e tem sim a
2492responsabilidade dos empresários. O que estou dizendo é que temos um

2493problema e temos eu partilhar. Nós não viemos aqui para jogar o problema no colo
2494de ninguém e assumimos nós a responsabilidade. E os erros porventura que
2495houverem sobre a definição e a expressão da Resolução, nós a partir da indicação
2496de vocês podemos fazer e podemos retificar, só não queremos ficar aqui com a
2497responsabilidade de jogar o problema no colo de vocês sem estar aqui assumindo
2498nossa parcela de responsabilidade porque o problema foi criado em 2000, o
2499problema é de todos, a responsabilidade de todos, não só da ANP e não estou
2500participando ninguém e nem menosprezando. Eu queria só fazer a retificação e
2501entender a importância e a necessidade de licenciamento que nós colocamos lá e
2502estamos fazendo a exigência, vamos fiscalizar e fechar aqueles que não forem
2503possíveis de licenciar. Agradeço mais uma vez, Secretário. Obrigado.

2504

2505

2506**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Francisco,
2507por favor, curtíssimo.

2508

2509

2510**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Quero comunicar à
2511Agência Nacional de Petróleo, por coincidência quando Maurício, que que está ali
2512saindo foi trabalhar nessa Resolução, por sinal eu fui autor da proposta da criação
2513do grupo de Trabalho para o licenciamento de posto de combustível no Brasil. Por
2514que? Porque naquela época fizemos o levantamento, inclusive lá na Bahia tinha
2515posto de combustível, tanque de combustível vazando no lençol freático,
2516infiltrando, penetrando na rede abastecimento de água da cidade. Em São Paulo
2517tinha em porões de edifícios, no rio, e lá no Piauí estavam instalando 4 postos de
2518combustíveis na margem do Rio Parnaíba e não tinha uma Resolução
2519disciplinando. Quando foi trabalhar a Agência Nacional de Petróleo participou de
2520todas as etapas. O maior problema que tínhamos na época é que os tanques de
2521combustíveis que eram utilizados eram soldados em metalúrgica, vazavam direto
2522para o subsolo. Melhorou porque apareceu tanques com sensores, quando há um
2523vazamento ele diz para, tudo bem, mas não resolveu o problema porque ainda
2524hoje nós temos instalações em postos de combustível de forma irregular. Cabe,
2525como ele falou aqui a Agência Nacional de Petróleo acompanhar mesmo. E a
2526outra coisa, nós tivemos umas cobranças na época numa área de licenciamento
2527ambiental se esse posto de combustível sendo instalado ao lado de um hospital,
2528de um asilo, de uma creche, para no caso de um incêndio não prejudicar, não
2529correrem risco as crianças da creche ou um asilo de idosos. Nós levantamos isso
2530na época a preocupação também com relação à localização do licenciamento,
2531independentemente do equipamento utilizado de qualidade. Então, a Agência
2532Nacional de Petróleo nós estamos acordo que eles têm que acompanhar e dar
2533todas as condições tecnológicas para que não aconteça esses problemas, mesmo
2534que tenha o licenciamento evitar os vazamentos e não contaminar os lençol
2535freáticos, os aquíferos, e a rede de abastecimento de água da cidade.

2536

2537

2538 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do Conama)** – Muito
2539 obrigado, senhor Francisco. A discussão está posta, o informe foi dado, as
2540 ponderações da Abema à mesa, sugiro que os Conselheiros meditem a respeito
2541 sobre o que fazer em relação ao assunto no futuro. Vamos passar para o nosso
2542 segundo informe, queria convidar o Itamaraty, Marcelo, nosso convidado, nossa
2543 bancada de relações exteriores. Vou precisar me retirar, a Regina está me
2544 substituindo nas condução dos trabalhos finais, dos informes. Queria agradecer a
2545 todos a participação e dizer que continuamos juntos no nosso processo aí,
2546 lembrando um pouco as palavras da Ministra que foram objeto de discussão de
2547 várias intervenções aqui hoje, em relação ao ambiente político que nos
2548 encontramos e o lugar da questão ambiental no mesmo. Obrigado. Marcelo.

2549

2550

2551 **O SR. MARCELO SALOMÃO MARTINEZ (MRE)** – Muito obrigado a todos. Meu
2552 nome é Marcelo Martinez, sou sub chefe da Coordenação Geral de
2553 Desenvolvimento sustentável do Itamaraty. Primeiro lugar gostaria de agradecer o
2554 espaço para esse informe, apesar da solicitação tardia. É um tema menos
2555 apaixonante, mas acredito que não menos importante que o anterior. Vou tentar
2556 ser breve já que nos aproximamos do fim da reunião. Bom, o motivo da minha
2557 vindas é divulgar uma consulta virtual que o Ministério das Relações Exteriores
2558 lançou recentemente acerca de um instrumento regional sobre acesso à
2559 informação, participação pública em processos decisórios e acesso à justiça em
2560 temas ambientais. Com o objetivo de recolher contribuições de todos os atores
2561 interessados, que possam de alguma forma nos ajudar a formar a posição
2562 brasileira que vai ser levadas às negociações internacionais sobre esse assunto.
2563 O contexto dessa consulta é um diálogo regional que foi lançado em meados de
2564 2012, durante a Rio Mais 20 um conjunto de países da região lançaram uma
2565 declaração em apoio ao princípio 10 da declaração do Rio, de 92. E a partir daí
2566 esse diálogo evoluiu e só ganhou contornos mais concretos no final do ano
2567 passado quando finalmente se apresentou um documento preliminar do que seria
2568 um acordo regional. Esse acordo vai ser negociado, a primeira rodada vai ser no
2569 Panamá, em outubro desse ano, mas o Brasil teria a obrigação de apresentar
2570 comentários ao documento preliminar que foi sugerido, que é uma alternativa
2571 máxima até o final do mês de agosto. E, portanto, essa consulta, já existe uma
2572 coordenação nacional instituída, essa consulta ela visa complementar essa
2573 coordenação nacional a nível de Governo com contribuições não só dos entes
2574 nacionais, mas também da Sociedade Civil, academia, setor privado e todos os
2575 outros setores interessados. Basicamente é isso que eu tinha a dizer. A consulta
2576 tem o apoio do Centro Rio Mais, do PNUD, por isso ela está sediada no próprio
2577 site do Centro Rio Mais, eu coloquei ali, esse é o único slide que trouxe, nada
2578 mais, tem meus dados pessoais ali, de contato, tanto o quanto e-mail o telefone,
2579 coloquei também o site do Centro Rio Mais para que todos aqueles que tenham
2580 interesse possam anotar. E basicamente pediria a contribuição e participação de
2581 todos, e o apoio da divulgação da consulta. Era isso. Muito obrigado.

2582

2583

2584 **A SR^a. REGINA ELENA CRESPO GUALDA (MMA)** – Agradeço muito o informe
2585 do Ministério das Relações Exteriores, do Doutor Marcelo Martinez, e vamos então
2586 chamar o próximo informe que será sobre a regulamentação da nova lei de
2587 Patrimônio Genético que está a cargo do Rafael de Sá Marques, a Secretaria de
2588 Biodiversidade e Florestas.

2589

2590

2591 **O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES (SBF/MMMA)** – Boa tarde a todos. Já fui
2592 apresentado, Diretor do Departamento de Patrimônio Genético, da SBF, do
2593 Ministério do Meio Ambiente. Já foi feita aqui no Conama uma apresentação, no
2594 dia, se não me engano dia 27 de maio sobre, a nova legislação. No dia da sanção
2595 a Presidenta Dilma fez um pedido aos órgãos responsáveis, Casa Civil, ao
2596 Ministério do Meio Ambiente e os outros Ministérios responsáveis que fosse dada
2597 uma atenção especial para a participação no momento da regulamentação aos
2598 povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. E aí
2599 nós desde então organizando um processo de consulta pública que segue duas,
2600 segue uma estratégia com duas agendas paralelas, mas que são
2601 complementares. Então, tem uma que é para participação da sociedade em geral
2602 e que envolve uma estratégia de receber informações via Internet, e também de
2603 participar de reuniões com grupos da Sociedade Civil organizada, de eventos
2604 públicos para os quais o MMA tem e sido convidado e comparecido para poder
2605 tentar explicar como poderia funcionar a nova legislação e os espaços de
2606 regulamentação dentro dela. A estratégia específica para os povos indígenas,
2607 povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares ela foi discutida, nós
2608 fizemos a mesma apresentação que foi feita aqui no Conama, foi feita no Condraf,
2609 na CNPCT e no Comitê Gestor da PNGATI onde estão os principais
2610 representantes desses setores, desses três segmentos. E a partir daí foi marcada
2611 uma Reunião Extraordinária da CNPCT em que estiveram presentes todos os
2612 representantes dos setores e que foi combinado, foi montado um grupo de
2613 trabalho formalmente constituído e uma agenda de trabalho de reuniões regionais
2614 e uma nacional. Esse grupo de trabalho nós organizamos em parceria com o
2615 Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério do Desenvolvimento
2616 Agrário, com a Secretaria Geral da Presidência da República e com a Seppir e o
2617 MMA, fizemos juntos com esses 20 membros do grupo de trabalho 4 oficinas em
2618 que nós fizemos um debate sobre a nova lei, os espaços de regulamentação e a
2619 metodologia que poderia ser utilizada nos encontros regionais e no encontro
2620 nacional. Foi solicitado e o Governo também achou que era conveniente,
2621 democrático fazer uma audiência pública ao final do processo de consulta, antes
2622 da constituição do texto final do Decreto. Então, nós ficamos organizados da
2623 seguinte forma, temos já desde do dia 12 de junho um espaço aberto na capa do
2624 site do Ministério do Meio Ambiente, recebendo contribuições de todos os tipos
2625 tanto para a consulta pública quanto para o texto da minuta de Decreto que vai
2626 ficar disponível até o dia 31 deste mês, a ideia é que a partir do dia 31 tenhamos
2627 então a continuidade do processo de consulta via Internet, mas já com o texto de
2628 minuta de Decreto e as opções para o tratamento nessa minuta dos temas que
2629 estão sendo abordados para os quais estamos recebendo contribuições. No dia 13
2630 de outubro faremos a audiência pública, e a partir do dia 19 de outubro até o final
2631 do mês de outubro teremos o espaço para consolidar todas as contribuições que
2632 estarão chegando a partir do momento em que a minuta de texto, com as opções
2633 de redação estiverem no ar para que possamos então cumprir o prazo legal
2634 determinado pela lei 13.123 de publicação do Decreto que deve ser no dia 16 de
2635 novembro, no mais tardar. Essa agenda das reuniões regionais, os locais
2636 definidos foram todos definidos em conjunto com os representantes desses três

2637setores, que nós mencionamos aqui, ficaram então uma reunião em Rio Branco,
2638uma reunião em Belém, uma reunião em Salvador, uma reunião em Campo
2639Grande, uma em Montes Claros e uma em Porto Alegre. Essas reuniões estão
2640sendo organizadas em parceria com os povos indígenas, povos e comunidades
2641tradicionais e agricultores familiares, eles estão selecionando quais são as
2642lideranças desses movimentos que participarão das reuniões, e o Governo
2643Federal se comprometeu em garantir os meios para participação dessas pessoas,
2644diárias e passagens, para que estejam lá, e também os meios para consecução do
2645debate em si, o espaço físico onde vai acontecer, auditório, e etc., toda a logística
2646necessária, para pelo menos 100 participantes, 100 representantes, 100
2647lideranças desses movimentos. E isso é um compromisso do Governo Federal e é
2648o planejamento que temos feito para dar ao mesmo tempo em que eles têm a
2649possibilidade de participar do processo de consulta pública que está colocado para
2650toda a sociedade, mas que eles tenham também um ambiente adequado às suas
2651demandas e necessidades para que eles possam participar de forma efetiva do
2652processo. Deixa ver se não esqueci de nada. Bom, resumindo era isso. Muito
2653obrigado.

2654

2655

2656**A SR^a. REGINA ELENA CRESPO GUALDA (MMA)** – Muito obrigada, Rafael,
2657pelo informe. Nós vamos ter o último informe que é a situação do CAR no Brasil,
2658que vai ser feito pelo Carlos Eduardo Sturm, do Serviço Florestal Brasileiro. Por
2659favor Carlos Eduardo.

2660

2661

2662O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (SFB/MMA) – Boa tarde,
2663Conselheiros e Conselheiros. Agradecer o convite ao Serviço Florestal Brasileiro
2664de podermos estar trazendo alguns dados mais atualizados do Cadastro
2665Ambiental Rural. O Serviço Florestal lança agora o seu quarto boletim informativo
2666sobre o Cadastro, um boletim mais robusto, com uma análise trimestral, com
2667informações um pouco mais detalhadas do que os boletins de maio e junho, e nós
2668vai estar trazendo alguns dados para estar mostrando a situação do cadastro que
2669hoje é uma realidade já consolidada, nós vamos ver pelos números, um voo de
2670cruzeiro que nós já temos aí de cadastramento, um ritmo que nós já vemos padrão
2671no cadastramento e já vemos uma certa constância, e com uma boa perspectiva
2672de chegarmos a um bom povoamento do sistema ao final do prazo legal. Nós
2673temos aí um extrato geral, todas essas informações vocês já têm acesso a ela no
2674site florestal.gov.br, vou estar mostrando um dado nacional, mas o que eu tiver
2675mostrando para o dado nacional existe rebatimento para as regiões do País, todas
2676as cinco regiões e também para cada Estado brasileiro. Uma área passível de
2677cadastro inicialmente trabalhada em cima dos dados do Censo Agropecuário de
26782006, mas que vem sendo constantemente adaptada e alimentada pelos Estados
2679com uma área mais próxima ao real. Então, já temos alguns Estados que já vêm
2680nos informando as suas estimativas de área passível de cadastramento, é um
2681dado que vimos atualizando a cada boletim. Mas temos aí em torno de
2682400.000.000 de hectares de área passível de cadastramento, onde chegamos à
2683marca de 233.000.000 de hectares de cadastros no Sistema de Cadastro
2684Ambiental Rural. Uma área cadastrada de 58,64%, notem que nós temos um
2685incremento trimestral de 17,61%, se fizermos uma média, desculpa, o termo, uma
2686média burra, uma média simples, colocar por três meses dá em torno de 5%, cinco
2687e poucos por cento de incremento ao mês, tendo aí até 05 de maio, se nós
2688continuarmos mantendo esse ritmo são grandes as chances de termos um
2689excelente povoamento do Sistema do Cadastro Ambiental Rural até o prazo legal.
2690Um outro dado que chama a atenção é a solicitação de adesão ao Programa de
2691Regularização ambiental, então, daqueles mais de 1.700.000 imóveis
2692cadastrados, 46% desses imóveis já indicam no ato do cadastramento que
2693querem aderir ao Programa de Regularização Ambiental. Esse também é um dado
2694que no conjunto de análises para implementação do PRA já é traduzido e já
2695começa a ser muito importante. Vamos adiante. Bom, também trabalhamos com
2696perfil de imóveis rurais cadastrados, então, na amostra analisada nós temos aí
2697majoritariamente e como não poderia deixar de ser, se formos ver uma estrutura
2698fundiária brasileira esse quadro retrata um pouco do que temos da estrutura
2699fundiária, majoritariamente é número de cadastros, número de imóveis rurais no
2700Cadastro Ambiental Rural, dividido por classes ondas podemos identificar o que
2701são pequenos, médios e grandes, principalmente no quadro de módulos fiscais
2702onde se tem de 0 a 4 módulos, majoritariamente aí, 90% de todos os imóveis
2703cadastrados são pequenos imóveis, e a partir daí, de 4 a 15 imóveis, imóveis
2704médios já decresce um pouco a sua participação em número de imóveis
2705cadastrados. Vejam bem, se fizermos uma análise por área, que nós não
2706trouxemos essa análise ainda, provavelmente essa pirâmide se inverte, tal como a
2707estrutura fundiária brasileira. Vamos adiante, por favor. Bom, este é um quadro

2708onde começamos a enxergar o poder dessa ferramenta do Cadastro Ambiental
2709Rural para a gestão ambiental do País. Nós conseguimos, já temos ali enquanto
2710Serviço Florestal Brasileiro, é uma análise muito boa das florestas públicas
2711brasileiras, uma série de informações das florestas públicas brasileiras, mas
2712senhores Conselheiros, vejam que já começa a aparecer 35% de remanescente
2713de vegetação nativa de toda aquela amostra de 142.000.000 de hectares. Então,
2714de uma amostra de 142.000.000 de hectares que nós retiramos e aí não entram
2715os Estados do Mato Grosso, se não me engano, Mato Grosso do Sul, Pará, enfim,
2716então ele nas notas explicativas nós vemos aí 35%, ou seja, quase 50.000.000 de
2717hectares identificados pelo Cadastro Ambiental Rural como remanescente de
2718vegetação nativa. São áreas privadas que hoje tanto o Governo brasileiro quanto
2719os Governos Estaduais vão estar à disposição para entendermos como está se
2720dando e o que nós já temos de remanescentes de vegetação nativa, são quase
272150.000.000 de hectares de áreas privadas onde nós temos o conhecimento de
2722como está a distribuição desse remanescente de vegetação em território nacional.

2723

2724

2725As outras classes elas ficaram com sua análise um pouco prejudicada porque em
2726Abril nós contamos com Estado de Estado de Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais,
2727e nesse boletim infelizmente é um trabalho, é uma complexidade você trabalhar
2728233.000.000 de hectares e trabalhar todo esse banco de dados, fazer cálculo, e
2729trabalhar todo o geoprocessamento disso em ambiente de banco de dados, não é
2730moleza. Então, nós não conseguimos trazer para esse boletim ainda os dados do
2731Mato Grosso, da Bahia, se não me engano, Minas Gerais e Paraná. Bom, ali então
2732nas notas explicativas, é por isso que não vou estar me concentrando nesses
2733dados ainda, que carecem de uma melhor análise. Bom, o extrato das regiões e aí
2734nós temos Região Norte, já campeã, vamos dizer, 77,6% numa área passível de
2735cadastramento em atualização; Região Nordeste 24,79%, quase 25%; o Centro-
2736oeste com a cobertura maior, que se assemelha à cobertura da Região Sudeste,
2737de 55, no Centro-Oeste; 52% no Sudeste. E a Região Sul é um pouco impactada
2738por conta da baixa taxa de cadastramento do Estado do Rio Grande do Sul, ainda
2739com 22,15% dentro dessa amostra ali considerada. Uma área ainda de
2740assentamentos em cadastramento de 15.000.000 de hectares e assentamentos
2741que ainda dependem... Nós temos ainda três Estados em fase de migração dos
2742dados, como vocês vão estar vendo, o Pará, o Espírito Santo e o Mato Grosso do
2743Sul, cabendo o registro aqui que o Estado do Mato Grosso do Sul solicitou hoje a
2744chave de acesso para migração de dados do seu banco de dados para o banco de
2745dados federal. Então, mais um Estado que nós temos migrando, só falta agora o
2746Estado do Pará e o Estado do Espírito Santo para termos todas as unidades
2747federativas integradas ao Sicar. Vamos adiante. Bom, aí para o infográfico, onde
2748trazemos um pouco dessa distribuição do cadastro, o que foi cadastrado, quantos
2749milhões de que hectares, enfim, todos esses dados vão estar à disposição dos
2750senhores no site do Serviço Florestal Brasileiro. Para vocês termo uma ideia do
2751que estamos falando, 233.000.000 de hectares cadastrados no Sistema de
2752Cadastro Ambiental Rural, cada mancha azul dessa é um cadastro que está no
2753sistema, evidente que nós ainda notamos alguns vazios de cadastramento, temos
2754a Região do Semiárido notadamente com um vazio de cadastramento e para isso
2755o Ministério do Meio Ambiente com um trabalho do Fundo Nacional do Meio
2756Ambiente, Fundo Socioambiental da Caixa, em parceria com a Caixa e o Fundo
2757Nacional de Desenvolvimento Florestal, o nosso Fundo do Serviço Florestal
2758Brasileiro lançou um edital para busca ativa de 50.000 cadastros de agricultores
2759familiares e povos e comunidades tradicionais na Região do Semiárido. É mais um
2760apoio que esse Ministério vem trazendo à etapa de cadastramento, de
2761povoamento do Sistema de cadastro Federal. Mas é impressionante darmos uma
2762olhada nesse mapa, as áreas mais cinzas, o cinza mais escuro são as áreas que
2763não são passíveis de cadastro, as unidades de conservação, terras indígenas,
2764enfim, para dar uma dimensão do que teríamos de cadastro. E esse aí é o mapa
2765nacional. Vou dar mais alguns detalhes de como estão as regiões. Região Norte,
2766perdão, Região Norte, aí um grandes polígono de assentamentos, vocês podem
2767notar ali em Roraima, no Amapá, no Amazonas, todo já um povoamento, Acre
2768muito povoado, Rondônia está migrando, finalizando a migração de todos os
2769dados do Sicar, ali também já começamos a trazer os polígonos cadastrados do
2770Estado de Rondônia. Região Nordeste, como falei, nós temos ali a Região do

2771 Oeste da Bahia, evidente, onde tem um desenvolvimento maior principalmente da
2772 agricultura, em toda essa região mais Oeste da Bahia mais povoado, o Maranhão
2773 com um povoamento um pouco maior se formos comparar com relação aos outros
2774 Estados do Nordeste, mas ainda a preocupação desse vazio do Semiárido. Vamos
2775 adiante. Bom, Mato Grosso, campeão de cadastramento, lógico, já vem com essa
2776 estratégia há muitos anos, integrou ao Sistema Federal, o cadastramento hoje do
2777 Mato Grosso é feito pelo Sistema Federal e realmente é uma mancha incrível.
2778 Então, nós conseguimos nós entender porque não conseguimos traduzir os dados
2779 do Mato Grosso, pegar todo isso em ambiente de banco de dados e transformar
2780 isso, todos os dados geográficos em número, às vezes nós temos que ralar um
2781 pouco, mas vamos já trazer o próximo boletim agora no meio do mês já com Mato
2782 Grosso. Bom, Goiás está com cadastramento razoável. Mato Grosso do Sul como
2783 eu falei ainda não temos as informações geográfica, mas já temos no boletim as
2784 informações trazidas pela equipe do Mato Grosso do Sul, que já explicam um,
2785 pouco do perfil de cadastramento, informações declarada de reserva legal e APP,
2786 mas ainda não, os dados não estão migrados, não estão integrados e hoje nós
2787 começamos esse processo de integração. Sudeste também com uma excelente
2788 cobertura em São Paulo, Minas Gerais também. Como vocês podem ver o Espírito
2789 Santo ainda também não se encontra com os dados totalmente integrados. Região
2790 Sul, também um bom povoamento pelo Paraná, Santa Catarina e ainda
2791 aguardando a resposta do Rio Grande do Sul. Eu acredito que já dobrou o número
2792 de cadastramentos em 3 meses, já deu alguma resposta, mas nós ainda
2793 precisamos de uma respostas maior do Estado do Rio Grande do Sul para nós
2794 aumentarmos um pouco esse povoamento, enfim. Nós estamos à disposição,
2795 como eu disse, o boletim já está na página do serviço Florestal, florestal.gov.br,
2796 tem uma aba, Cadastro Ambiental Rural, números do CAR, ali as senhoras e
2797 senhores encontram todos os boletins, o boletim de abril, maio, junho, julho, enfim,
2798 o Cadastro Ambiental Rural, como eu disse, é uma realidade no País hoje, nós
2799 temos um padrão que está se constituindo de cadastramento, Estado por Estado e
2800 nós notamos isso ao longo dos boletins, respostas muito positivas de muitos
2801 Estados, por mais que não vejamos o reflexo disso ali na tela, no mapa, mas, por
2802 exemplo, no Rio Grande do Norte, no último trimestre foi 300% de incremento em
2803 número de propriedades. Então assim, o compromisso que nós estamos vendo
2804 dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente em estar junto com o Ministério do Meio
2805 Ambiente, trabalhando toda essa integração de dados. Tivemos agora em meados
2806 do mês de julho com todos, perdão, com 24 dos 27 Órgãos Estaduais de Meio
2807 Ambiente que vieram no mês julho que é o mês de férias, de passagens altas,
2808 todos pagando a sua passagem, sua diária de seus servidores, quer dizer, mostra
2809 um pouco do compromisso, mostra bastante do compromisso dessa turma dos
2810 OEMAs que nós temos falado de uma família ali, a turma que está trabalhando
2811 com o CAR, nós vemos o compromisso e o resultado é esse e nós vimos cada vez
2812 mais melhorando as nossas análises, trabalhando nesse ambiente gigantesco de
2813 banco de dados, para estar mostrando que a gestão ambiental no País ela deu um
2814 salto e nós só pretendemos agora melhorar. Muito obrigado a todos aí. Era o
2815 informe que o Serviço Florestal tinha que dar.

2816

2817

2818 **A SR^a. REGINA ELENA CRESPO GUALDA (MMA)** – Muito obrigada, Carlos
2819 Eduardo, pelo informe. E este foi o último informe desta reunião. Então, agradeço
2820 muito a presença de todos, a participação de todos os Conselheiros e dou por
2821 encerrada essa reunião. Obrigada.

2822

2823

2824 (*Palmas!*)

2825